

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(PPGRI-UFU)

Élton de Mello Arcângelo

Do global ao regional: um mapeamento dos Estudos Queer Globais
nas Relações Internacionais

Uberlândia
Fevereiro de 2018

Élton de Mello Arcângelo

**Do global ao regional: um mapeamento dos Estudos Queer Globais
nas Relações Internacionais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Profa. Dra. Isabela Gerbelli Garbin Ramanzini para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Uberlândia
Fevereiro de 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A668d Arcângelo, Élton de Mello, 1991-
2018 Do global ao regional : um mapeamento dos Estudos Queer Globais
nas Relações Internacionais / Élton de Mello Arcângelo. - 2018.
76 f. : il.

Orientadora: Isabela Gerbelli Garbin Ramanzini.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.913>
Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais - Teses. 2. Teoria Queer - Teses. 3.
Identidade sexual - América Latina - Teses. 4. Identidade sexual -
Política internacional - Teses. I. Ramanzini, Isabela Gerbelli Garbin. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

Gerlaine Araújo Silva – CRB-6/1408

Élton de Mello Arcângelo

**Do global ao regional: um mapeamento dos Estudos Queer Globais
nas Relações Internacionais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Profa. Dra. Isabela Gerbelli Garbin Ramanzini para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dra. Isabela Gerbelli Garbin Ramanzini (UFU)

Membro Titular: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes (UFU)

Membro Titular: Prof.^a Dra. Cristine Koehler Zanella (UFABC)

DEDICATÓRIA

Dedico essa Dissertação a toda comunidade LBGTI, em especial aos companheirxs que diariamente compõem a linha de frente da batalha simplesmente por existir, aqueles que são verdadeiros responsáveis pelo progresso de sua comunidade.

Dedico, portanto, a todas as travestis e mulheres transexuais expulsas de casa, da escola e do mercado de trabalho, que na maioria das vezes são condenadas à prostituição.

Dedico aos homens transexuais vítimas de estupros corretivos.

Dedico às bichas pretas, às bichas afeminadas, às lésbicas masculinas.

Dedico às Drag Queens que não deixam nossa cultura morrer.

Dedico a todos aqueles que ficaram pelo caminho, em especial aos colegas mais próximos, vítimas de violência física ou vítimas da violência psicológica diária.

Dedico, por fim, a todxs aquelxs que chegam ao fim do dia e que, apesar de tudo, não deixam de ser e lutar por quem são.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional,
aos professores que durante o caminho acadêmico incentivaram o desenvolvimento do pensamento para além do tradicional,
à minha orientadora, por acreditar na minha proposta e por me estimular a continuar,
aos amigos Júlia, Luciano e Davi, que compartilharam extensos debates sobre a vida, a verdade e o mundo e estiveram ao meu lado durante todo o processo,
ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia,
à CAPES, fomentadora dessa pesquisa.

RESUMO

As questões da orientação sexual e identidade de gênero adentram no cenário da política internacional durante as últimas décadas e, da mesma forma, o faz no contexto científico, através dos Estudos Queer Globais. As Relações Internacionais aos poucos vem absorvendo tais produções em seu bojo acadêmico, constituindo um campo ainda em formação dentro da área. Esse trabalho tem como objetivo traçar um mapeamento dos Estudos Queer Globais nas principais revistas de Ciência Política e Relações Internacionais nos últimos 25 anos através de uma metodologia de revisão bibliográfica sistematizada. A partir dos artigos encontrados, busca-se enumerar e descrever as características dos estudos em relação ao seu local geográfico de publicação, à temática apresentada, à teoria em que se apoiam os estudos, assim como à concepção epistemológica dessas produções. Por fim, assume-se uma lente regional latino-americana, com o intuito de se estabelecer como os Estudos Queer Globais nas Relações Internacionais se comportam em relação à região, além de levantar possibilidades e limites para futuras produções sobre o tema a partir da América Latina.

Palavras-chave: Estudos Queer Globais. Relações Internacionais. América Latina

ABSTRACT

The sexual orientation and gender identity issue has entered the international politics scene during the last decades and, similarly, it has done in the scientific context, through the Global Queer Studies. The International Relations have gradually been absorbing such productions in their academic sphere, constituting a field still in formation within the area. This paper aims to map the Global Queer Studies in the main journals of Political Science and International Relations in the last 25 years through a systematized bibliographical review methodology. From the articles found, we seek to enumerate and describe the characteristics of the studies related to their geographical place of publication, the theme presented, the theory behind the studies, as well as the epistemological conception of these productions. Finally, a regional Latin American lens is assumed with the aim of establishing how Queer Global Studies in International Relations behave in the region, as well as raising possibilities and limits for future productions on the subject from Latin America.

Key words: Global Queer Studies. International Relations. Latin America.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
1. O QUE SÃO OS ESTUDOS QUEER GLOBAIS?.....	13
1.1. O <i>queer</i> e suas origens: orientação sexual e identidade de gênero enquanto tema das Ciências Sociais.....	13
1.2. Os Estudos Queer Globais (EQG).....	19
1.3. A Proposta Acadêmica dos Estudos Queer Globais.....	24
2. MAPEAMENTO DOS ESTUDOS QUEER GLOBAIS.....	30
2.1. Fontes de Pesquisa.....	30
2.2. Palavras-chave.....	37
2.3. Critérios de Inclusão e Exclusão.....	37
2.4. Variáveis de Análise.....	38
3. OS ESTUDOS QUEER GLOBAIS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	41
3.1. Dados Gerais.....	41
3.2. Distribuição geográfica das produções.....	42
3.3. Distribuição Temática.....	44
3.4. Distribuição Teórica.....	48
3.5. Distribuição Epistemológica.....	52
4. E A AMÉRICA LATINA?.....	55
Considerações Finais.....	66
Referências.....	69

Introdução

A questão da orientação sexual e identidade de gênero, enquanto tema e problema, tem ganhado espaço nos cenários acadêmicos e da política internacional muito em razão do seu atrelamento às abordagens, aos discursos e às lutas históricas pela afirmação dos direitos humanos. A história, não linear, embora cumulativa dos direitos humanos internacionais conta com, pelo menos, 70 anos, desde a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Percebe-se nas últimas décadas, principalmente após o fim da Guerra Fria, uma valorização em torno do debate internacional a respeito dos Direitos Humanos, muito devido os sucessivos estabelecimentos de tratados internacionais no assunto, ao fortalecimento dos regimes internacionais (universais e regionais) de direitos humanos, à ascensão das ideologias neoliberais, aos processos de democratização da Europa Oriental e da África do Sul, entre outros fatores. Mais especificamente para a temática de orientação sexual e identidade de gênero, os debates internacionais acerca dos direitos humanos se vincularam ao problema da epidemia de HIV, nos anos 1980 e 1990, quando a doença era fortemente associada ao comportamento de um grupo social específico: homens homossexuais, de acordo com a terminologia da época (KOLLMAN, 2010).

Desde então, observa-se que as maiores forças promotoras desses debates e lutas por afirmação de direitos e garantias, as organizações não-governamentais e os movimentos sociais LGBTI, vêm se fortalecendo cada vez mais em suas localidades, assim como no sentido de uma atuação transnacional. Um exemplo da conexão entre os níveis doméstico e internacional de atuação dessas ONGS é o crescente número de organizações engajadas na Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA)¹, principal rede transnacional promotora de direitos LGBTI no cenário internacional. Além de possuir presença em todos os continentes do globo, ela representa a sociedade civil LGBTI em instituições como a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos. A ILGA corresponde a um *hub* significativo de reunião de ONGs e Movimentos LGBTI no mundo, onde conhecimentos, experiências e serviços são trocados e oferecidos. A título de ilustração, de acordo com o Relatório Anual da ILGA de 2016, no ano em questão havia 1228 organizações das seis regiões do globo trabalhando em conjunto na instituição,

¹ Criada em 1978, a ILGA é a federação mundial das organizações nacionais que se propõem a defender os direitos das comunidades lésbica, gay, bissexual, transexual e intersexual. Atualmente composta por mais de 1100 organizações membros, a ILGA funciona como uma entidade guarda-chuva das unidades regionais presentes nas seis diferentes regiões do globo (Pan Africa Ilga, Ilga-Asia, Ilga-Europe, Ilga-LAC (Latin America and the Caribbean), Ilga North-America andIlga-Oceania).

sendo esse número expressivo quando comparado com o primeiro Relatório Anual da associação realizado em 2010, quando a ONG internacional contava com 719 registrados².

Pautada no recente discurso de busca por direitos civis, sustentado pela ideia de que direitos para pessoas LGBTI são direitos humanos, as organizações locais/transnacionais LGBTI obtiveram relativo, mas ainda insípido, avanço em diferentes instituições internacionais e regionais. De acordo com Kollman e Waites (2009), por exemplo, desde a década de 1990 questões envolvendo o direito das pessoas LGBTI vem sendo inseridos na agenda da Organização das Nações Unidas a partir de seus órgãos de proteção aos direitos humanos, chegando em 2011 ao feito de conseguir incluir pela primeira vez os termos “orientação sexual e identidade de gênero” em uma declaração da Assembleia Geral da organização que versava sobre execuções extrajudiciais, sumárias e arbitrárias (TERTO E SOUZA, 2015).

Ademais da ONU, enquanto perspectiva universal, o discurso de Direitos LGBTI nas últimas décadas também ganhou relevância em espaços regionalizados, como na União Europeia e na Organização dos Estados Americanos, além de outras instituições mais restritas na abordagem de questões de direitos humanos como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Pesquisas temáticas sobre discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero, decisões nas respectivas cortes de direitos humanos dos sistemas de proteção e resoluções, tanto no domínio dos conselhos específicos de direitos humanos, quanto nas assembleias gerais marcaram o processo de difusão da agenda LGBTI nas instituições do Ocidente (BEZERRA, 2011; KOLLMAN, 2009).

A inclusão da população LGBTI no discurso em prol dos Direitos Humanos e sua consequente disseminação contribuiu, portanto, para que a temática de orientação sexual e identidade de gênero fosse discutida no nível internacional. Não é de se surpreender que a academia respondesse a esse processo, ampliando o escopo de seus esforços analíticos que até então se dedicavam a questões domésticas em direção a reflexões que transpassassem as fronteiras tradicionais dos Estados-nação modernos. Assim como esse esforço foi realizado

² O Relatório Anual da ILGA é um documento publicado a cada ano pela associação com o objetivo de fornecer ao público as principais informações sobre o trabalho da instituição. Nele são reportados as principais ações do ano promovidas pela associação, os gastos, as decisões internas, os novos representantes do conselho da instituição e também o número de organizações participantes da ILGA. Os relatórios de 2010 à 2016 podem ser encontrados no site da instituição www.ilga.org.

para as questões de direitos humanos, a questão da orientação sexual e identidade de gênero trouxe complexidade para as abordagens mais tradicionais das RI.

A partir da década de 1990, a Ciência Política, a Sociologia e outras disciplinas correlatas que já desenvolviam pesquisas no âmbito local contendo a orientação sexual e/ou a identidade de gênero como variáveis centrais de suas problemáticas – os denominados Estudos Queer – expandem seus níveis de análise a fim de abranger o novo cenário internacional. Esse recente grupo de esforços de pesquisa que surge dos Estudos Queer, mais atualmente vem a ser denominado por alguns autores, como Weber (2014a), de Estudos Queer Globais. Estes, de forma geral, englobariam as pesquisas que contivessem orientação sexual e identidade de gênero enquanto variáveis relevantes para o entendimento dos processos internacionais e regionais, desenvolvendo-se, na maior parte dos casos, de forma interdisciplinar, não compondo e não pretendendo ser, assim, um campo único e estático de pesquisa.

Não obstante a grande parte dos estudos em temas LGBTI serem associados às questões de Direitos Humanos e suas relações com as instituições internacionais, os Estudos Queer Globais se diferenciam por trazer a sexualidade e o gênero como perspectiva também para assuntos de segurança internacional, economia política internacional, temas de imigração e refugiados, terrorismo, dentre outros assuntos correlatos ao que se é posto enquanto objeto da área de Relações Internacionais (RI). Contudo, apesar de existirem, os Estudos Queer Globais ainda recebem tratamento insuficiente perante as RI, estando pouco presente nas principais revistas acadêmicas e séries de livros do campo, muito possivelmente devido à dificuldade dessa academia de repensar os seus domínios epistemológicos, ontológicos e metodológicos (WEBER, 2014a).

Apesar da interdisciplinaridade dos Estudos Queer Globais e da propensão de tais estudos se desenvolverem em outros campos acadêmicos que não o das Relações Internacionais, esta pesquisa traz como foco a produção dos Estudos Queer Globais, ramificação do campo mais abrangente dos Estudos Queer, que nos últimos anos ganhou conhecimento e algum espaço nas RI. Entendendo o caráter contemporâneo dos desenvolvimentos dos Estudos Queer Globais nas RI, coloca-se a necessidade de se pensar a forma pela qual esses estudos vêm sendo produzidos e organizados – e, de certa forma, como também tem sido mediados – dentro da área que se propõe a entender especificamente a política internacional.

O trabalho de Kollman (2010) é um dos que contribui para esses esforços ao descrever um panorama das pesquisas acadêmicas sobre os direitos humanos LGBTI. Ao organizar o estado-da-arte no assunto, a autora examina brevemente os focos das produções sobre o tema em áreas como a sociologia, estudos de gênero, teoria política, política e sociologia do direito. Seguindo uma ideia similar, porém com um recorte distinto, essa Dissertação tem como objetivo contribuir para que os exames de caráter exploratórios a respeito dos Estudos Queer Globais tornem-se mais robustos e ao mesmo tempo tragam nuances de especificidades, principalmente no que se refere a contextos regionais. No caso dessa Dissertação, busca-se refletir sobre os Estudos Queer Globais de origem latino-americana, local de enunciação desta pesquisa.

Diferente de Kollman (2010), o foco dessa análise será o conteúdo parte dos Estudos Queer Global que tem adentrado especificamente na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Buscar-se-á nesse sentido, elaborar um mapeamento daquilo que foi produzido e publicado durante as últimas décadas nos principais periódicos de Ciência Política e Relações Internacionais e que, ao mesmo tempo, pode ser abarcado pelo guarda-chuva temático que chamamos de Estudos Queer Globais. O intuito é de, em uma primeira instância, poder reuni-los a fim de caracterizá-los de forma geral para, por fim, colocar uma lente regional que destaque as especificidades da inserção dos Estudos Queer Globais na academia de RI da América Latina.

A pergunta norteadora dessa Dissertação questiona, portanto, a forma que se organizam os Estudos Queer Globais nas revistas científicas de Ciência Política e Relações Internacionais e quais as influências e consequências desses estudos na América Latina. Para chegar a uma reflexão sobre essa pergunta outros questionamentos se fazem necessários: Quais os temas e objetos dos trabalhos existentes? Como as variáveis de orientação sexual e identidade de gênero são inseridas nas diferentes temáticas? Quais teorias são utilizadas? Quem produz, de onde e em que meios acadêmicos são publicadas tais produções? Como os Estudos Queer Globais impactam e são impactados pelas Relações Internacionais tradicionais e críticas? Quais as possibilidades e limites teóricos e práticos dos Estudos Queer Globais para a América Latina?

Para discutir o problema central dessa Dissertação, o texto encontra-se organizado em quatro capítulos. O primeiro busca explanar o que são os Estudos Queer Globais, construindo uma narrativa a respeito de suas origens e influências teóricas e empíricas, identificando suas características e abrangência e, por fim, elucidando os debates por eles

realizados para com as Relações Internacionais. O segundo capítulo descreve a metodologia de revisão bibliográfica sistematizada, a qual fora utilizada no processo de mapeamento das produções dos Estudos Queer Globais apresentados nessa pesquisa. Já o terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos por esse mapeamento, descrevendo de forma quantitativa as variáveis selecionadas. Os textos foram classificados tanto de acordo com sua temática, teoria utilizada e epistemologia, quanto segundo o lugar geográfico de enunciação das publicações. Esse exercício justifica-se, pois permite estabelecer não só um mapa do tipo de ciência que está sendo produzida pelos Estudos Queer Globais nas RI, mas também as localidades em que eles se concentram. Baseado nos resultados do capítulo anterior, o quarto capítulo busca estabelecer uma visão local, latino-americana para os Estudos Queer Globais, traçando o nível de envolvimento da região na produção e analisando as possibilidades e limites dos Estudos Queer Globais para uma perspectiva regional de ciência e de promoção de direitos às pessoas LGBTI.

1. O QUE SÃO OS ESTUDOS QUEER GLOBAIS?

Para se conceber a organização dos Estudos Queer Globais nas Relações Internacionais e, em especial, na América Latina é preciso neste primeiro momento compreender os principais debates que demarcam tais estudos. Nesse primeiro capítulo, as seguintes questões norteadoras se colocam: De onde vêm os Estudos Queer Globais? Quais as características dessa corrente de estudos? Quais agendas de pesquisa são abarcadas por ela? Qual o lugar dos EQG na academia de Relações Internacionais? Como os Estudos Queer dialogam com as outras vertentes interpretativas das RI?

A fim de debater as perguntas acima, esse capítulo primeiramente versa sobre as origens e desenvolvimento dos estudos sobre orientação sexual e identidade de gênero que, acompanhando as transformações do contexto global, principalmente após o fim da Guerra Fria, acabaram por influenciar o surgimento dos Estudos Queer Globais. Posteriormente, seguiremos com a caracterização dos Estudos Queer Globais propriamente ditos, buscando levantar seus elementos gerais e apresentar suas principais reflexões nas diversas agendas de pesquisa que se inserem – Segurança, Migração, Estado, Política Externa, Economia Política Internacional, Direitos Humanos e Colonialidade. Por fim, devido ao desenvolvimento recente de tais estudos e à resistência da academia tradicional à entrada de novas epistemologias, ontologias e metodologias, faz-se necessário compreender como os Estudos Queer Globais são lidos pelas contribuições já consolidadas na academia de Relações Internacionais e como eles pretendem colaborar para o campo de uma forma geral.

1.1. O *queer* e suas origens: orientação sexual e identidade de gênero enquanto tema das Ciências Sociais

Delimitar datas específicas para a origem dos estudos sobre orientação sexual e identidade de gênero contemporâneos seria um exercício complexo e, qualquer marco escolhido, seria de alguma forma arbitrário. Contudo, observando o último meio século, percebe-se que há um processo de constituição mútua das produções acadêmicas sobre o tema no âmbito das Ciências Sociais para com os processos de desenvolvimento de grupos

organizados que, de alguma forma, questionassem as normas de gênero e sexualidade dominantes nas sociedades ocidentais.

De acordo com Kollman e Waites (2009), ainda no fim do século XIX já se ouvia falar de movimentos organizados na Europa pelo fim das punições às relações entre pessoas do mesmo gênero, além da primeira onda do Movimento Feminista, que marcara um importante questionamento a respeito do tratamento desigual dos gêneros na esfera pública. A ascensão das ideologias conservadoras na Europa no período das grandes guerras provocaram, contudo, um hiato no desenvolvimento de tais organizações civis, que passariam a apresentar novas socializações entre os indivíduos no mundo ocidental somente a partir dos anos de 1940 e 1950.

De acordo com Figari (2010), antes da década de 1960, grande parte do que se via eram apenas resistências no campo artístico, no lúdico, sem nenhum intuito organizacional parecido com o que observamos hoje nos chamados movimentos sociais. Os primeiros contatos entre esses indivíduos do qual se tem conhecimento ocorriam em especial nas grandes cidades dos países centrais do globo – Estados Unidos da América e na Europa – os quais se reuniam em casas noturnas a fim de expressarem suas identidades, sem a resistência social encontrada fora desses “guetos”. Esse contato foi importante para o desenvolvimento na década seguinte dos primeiros movimentos organizados contemporâneos em prol da população gay e lésbica, que até o momento ainda eram as duas únicas identidades abarcadas pelo debate.

Durante as primeiras décadas, o movimento organizado se desenvolveu em maior velocidade nos países centrais do globo. No caso dos países da América Latina, local onde também se deu origem às suas primeiras organizações na década de 1960, observou-se uma maior dificuldade nesse processo devido às ditaduras instauradas na região durante o período em questão, tendo uma dinâmica de desenvolvimento e resistência própria e nem sempre temporariamente paralela entre seus países – a Argentina, por exemplo, vê a queda da atividade do movimento organizado devido a perseguições ditatoriais em meados da década de 1970, mesmo período em que no Brasil observa-se o enfraquecimento de sua ditadura e o soerguimento do “movimento homossexual” (FIGARI, 2010). Os contextos das ditaduras militares latino-americanas impuseram, portanto, condições adversas à expansão dos movimentos organizados na região como um todo por um período mais longo do que se pode inicialmente conceber, vez que os períodos sob comando militar, apesar de variados entre os países, somaram décadas na região.

Apesar das discrepâncias na organização política entre as diferentes localidades, as décadas de 1960 e 1970, sustentariam pautas relativamente comuns a todos os movimentos que surgiam. Buscava-se, nesse primeiro momento, a autoafirmação enquanto sujeitos homossexuais, com o intuito de retirar a concepção patológica do termo e afirmar a sua existência enquanto categoria na sociedade. Esse contexto histórico do surgimento do atual Movimento LGBTI faz-se importante, pois delimita a base dos debates que viriam a ser desenvolvidos nas Ciências Sociais. A Sociologia e a Ciência Política buscavam conceituar a sexualidade e o gênero, analisando suas dinâmicas e desenvolvimentos históricos enquanto fatores sociais e não biológicos, como eram até então entendidos, além disso, dispenderam esforços em analisar a onda de movimentos sociais – identitários – que surgiam no período, a fim de entender a população LGBTI enquanto ator político.

Nesse contexto, mostrou-se relevante indagar: Qual o processo de desenvolvimento dos movimentos? Quais as agendas desses movimentos? Quais as suas estratégias e como atingir um nível maior de eficiência em sua atuação perante a sociedade e o Estado? Essas perguntas, pensadas para todos os movimentos sociais que despontaram a partir da década de 1960, guiaram um debate interno na Ciência Política na área conhecida como Sociologia dos Movimentos Sociais e que vem a influenciar a forma como vemos os movimentos na atualidade e, particularmente, nas Relações Internacionais.

Caminhando para além das teorias clássicas dos movimentos sociais desenvolvidas até então (ADORNO ET AL, 1950), duas correntes marcaram as interpretações do campo nos anos de 1970 e 1980. A primeira era composta por vertentes que acreditavam que os atores dos movimentos agiam de forma racional, reagindo às oportunidades de um determinado sistema de forma instrumental, a fim de maximizar seus ganhos e reduzir seus custos. A abordagem da Mobilização de Recursos (OBERSCHALL, 1973; GAMSON, 1975), assim como a perspectiva sobre Estruturas de Oportunidade ou Processo Político (TILLY, 1978; TARROW, 1989) são representantes dessa visão. Na outra ponta do debate, encontram-se as Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TOURAINE, 1978; MELUCCI, 1980, 1989), as quais – assim como as perspectivas clássicas – assumem enquanto de grande relevância o papel dos fatores psicológicos e culturais para a análise de um movimento e foi nessa perspectiva que o Movimento LGBTI encontrou, na época, apporte para sua interpretação.

De forma geral, observa-se que os movimentos sociais que surgiram nas décadas de 1960 e 1970, principalmente na Europa, mas também nos Estados Unidos, apesar de seguirem características dos movimentos sociais clássicos, não mais se organizavam em torno

da estrutura de classe, mas sim com base no reconhecimento de identidades comuns entre seus atores, sendo eles chamados de Novos Movimentos Sociais. A afirmação dessa identidade comum, de acordo com Touraine (1978), é uma forma de tornar determinado tipo de dominação concreta, visível e superável. Segundo Susen (2010), tais coletivos abarcam atores das diversas classes sociais, possuindo raízes difusas e ecléticas, tendo como meta central a mobilização da sociedade civil como um todo, tentando problematizar temas residentes na estrutura política e social das sociedades, a fim de que as formas tradicionais de organização dessem lugar a modelos não opressores, para assim, permitir a atuação política e social dos indivíduos de forma ampla.

Apesar de ser encaixado enquanto objeto dessas interpretações, os estudos sobre movimentos sociais foram displicentes em relação ao Movimento LGBTI, ficando restritos a áreas geográficas ou períodos históricos particulares e a escassas pesquisas comparativas e analíticas (ADAM, DUYVENDAK e KROWEL, 1999). Warner (1993) aponta que Melucci, por exemplo, ao teorizar sobre os novos movimentos sociais, cita o Movimento LGBTI apenas duas vezes em seu livro todo. A despeito desse déficit inicial, as concepções a respeito da identidade e da necessidade de seu uso para a conquista política, trazidas pelas Teorias dos Novos Movimentos Sociais, resistem até hoje na difusão do discurso de Direitos Humanos, pois é somente a partir de identidades definidas que os sistemas legais concedem direitos às populações tratadas de forma desigual.

Muito do que se produziu na academia sobre a população LGBTI na última década do século XX – indo além das análises da ação coletiva dos movimentos sociais – surge a partir de influência direta dos progressos da corrente feminista. De acordo com Borrillo (2011), já em 1928, Margaret Mead iniciava um debate concluindo que os comportamentos designados a homes e mulheres eram construções sociais e não biológicas. Nos anos de 1950, a corrente feminista, que ressurgia do hiato das grandes guerras, caminharia no sentido de construir uma nova narrativa das interpretações políticas, econômicas e sociais que trouxesse como destaque a versão esquecida das mulheres.

As concepções clássicas do feminismo trouxeram para o debate questionamentos de extrema relevância para a luta das mulheres, contudo, não questionavam a divisão binária do gênero (homem-mulher) – binarismo caro para a população *queer*³, a qual questiona os padrões estáticos de gênero, reverberando também na questão da sexualidade – e tampouco

³ Ao se referir à população *queer*, diz-se respeito a todas as pessoas que não correspondem à identidade cisgênera – pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi designado ao nascer – heterossexual.

suas consequências para as estruturas de poder. É durante o fim da década de 1980 e início de 1990, que tais concepções binárias – e para os nossos fins não apenas de gênero, mas também de sexualidade (heterossexual-homossexual) – passam a ser desestruturadas pela vertente que veio a se chamar de Teoria Queer.

Importante aqui destacar que Teoria Queer não é a mesma coisa que Estudos Queer. Os Estudos Queer, como dito na introdução, dizem respeito às diversas produções que tomam a sexualidade e o gênero enquanto centrais em suas análises científicas, já a Teoria Queer, diz respeito a uma das possíveis vertentes teóricas que refletem sobre gênero e sexualidade. Relevante também iluminar que tal teoria parte do feminismo, porém não o resume e nem se contenta a ele. A Teoria Queer não é produto de uma evolução linear do feminismo, na qual, ao surgir e absorver as contribuições anteriores passa a compor a vertente central da corrente. Essa teoria compõe os Estudos Feministas entrando na disputa teórica das diversas vertentes que o representa, além disso, ao surgir, a Teoria Queer não se contém em pertencer somente aos Estudos Feministas, extrapolando em suas análises o objeto central do feminismo: as mulheres e as questões de gênero.

Provinda da língua inglesa, a palavra *queer* significa estranho, bizarro, esquisito, aquilo que é anormal. Durante muitos anos, tal palavra fora utilizada enquanto uma ofensa aos homossexuais, a qual ao longo do tempo cedeu seu lugar à palavra *gay*. Na década de 1990, entretanto, a palavra *queer* é ressignificada, vindo a ser usada como objeto de luta pelos movimentos que propunham a superação das identidades mobilizadas pelos movimentos gay e lésbico nas décadas anteriores. Antes de qualquer coisa, o conceito *queer* objetiva questionar as identidades sexuais e de gênero até então adotadas – exclusivamente homem e mulher cisgênero⁴, os quais só poderiam ser heterossexuais ou homossexuais. O *queer* é uma reivindicação em prol de um movimento de liberdade sexual que se tornasse hábil em englobar as mais distintas identidades (transexuais, bissexuais, travestis, dentre outras), inclusive identidades referentes aos mais distintos perfis de gays e lésbicas que existem e que possam vir a existir, ou seja, aqueles que extrapolam os padrões de comportamento esperados para uma identidade ou outra (BORRILLO, 2011).

Em 1990, a pesquisadora Teresa de Laurentis utilizou a palavra *queer* pela primeira no contexto acadêmico através do termo Teoria Queer ao questionar, em um

⁴ Cisgênero são os indivíduos que se identificam com o gênero a eles designados ao nascer, distinguindo-se de transgênero, que são as pessoas que não se identificam com o gênero a elas designados no nascimento.

seminário, as normas heterossexistas nas pesquisas sobre homossexualidade existentes até o período. As principais contribuições para a Teoria Queer, além dos já citados estudos feministas anteriores, são a de Derrida (1973) a respeito da metafísica ocidental binária e do conceito de desconstrução, e de Foucault (1976), que argumenta que a sociedade está submetida a mecanismos de controle difundidos em todos os âmbitos da sociedade, os quais delimitam as possibilidades dos nossos corpos – as possibilidades da sexualidade – a fim de manter uma ordem vigente de controle do poder.

As principais obras que marcam o início da Teoria Queer são *Problemas de Gênero*, de Butler (1990), e *Epistemologias do Armário*, de Sedgwick (1990). Além dessas produções, outros autores como Young, Rubin e Rich inserem o argumento de que a estrutura de gênero opressora só será vencida através de uma mudança radical também nos conceitos de sexualidade. Butler (1990), seguindo nesse caminho, contribui com o conceito da performatividade, a qual seria o coletivo de ações e símbolos externos dos corpos individuais que de alguma forma representam as identificações de gênero e sexualidade daquele ser. A autora argumenta que assim como o gênero e a sexualidade, essa performatividade também é socialmente construída e não obedece a padrões biologicamente determinados pelos órgãos sexuais dos indivíduos.

Por conseguinte, a Teoria Queer elabora uma crítica que questiona o dispositivo que subordina os sujeitos aos papéis e desejos sexuais normativos. Borrillo (2011) explica essa estrutura da seguinte forma:

O sexo, o gênero e a sexualidade retroalimentam-se, produzindo um dispositivo político que poderíamos resumir da seguinte maneira: a espécie humana está dividida em dois sexos (machos e fêmeas), os quais têm características próprias (o masculino e o feminino) que os fazem complementares uns aos outros (desejo heterossexual). Ao por em manifesto a dinâmica do dispositivo sexo-gênero-(hetero)sexualidade, a Teoria Queer permitiu pensar dito dispositivo político como um todo, sem isolar cada um de seus componentes [...] (BORRILLO, 2011, p. 30, tradução nossa).

Conforme os Movimentos LGBTI vinham se desenvolvendo e transformando suas identidades, pautas e estratégias, os estudos sobre sexualidade adquiriam novos questionamentos e adotavam novas abordagens. Amenizado o período de surto do HIV dos anos de 1980, a década de 1990 traz ao Movimento LGBTI uma nova realidade. É nesse

momento que se observa uma explosão do número de grupos organizados em torno da promoção dos direitos LGBTI, sejam eles caracteristicamente movimentos sociais, sejam eles no formato de Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Destaca-se que nesse período o movimento LGBTI – assim como tantos outros – beneficiados não só pelo aumento numérico de parceiros políticos, mas também pelo desenvolvimento tecnológico, passaram a utilizar uma nova forma de atuação. De acordo com Melucci (1989), diversos grupos dispersos, fragmentados e imersos em contextos locais, comporiam uma rede, cujo comprometimento de umas com as outras se daria a curto-prazo e de forma reversível, sem contar com uma liderança única, organizando-se sobre instituições temporárias e *ad hoc*. Essas redes com o tempo foram intensificando-se e, muito devido ao contexto político e social que se erguia, não contiveram sua atuação em rede dentro das fronteiras nacionais. Esse processo de transnacionalização do movimento continua a ser debatido na próxima seção a fim de demonstrar sua importância para a transformação dos Estudos Queer em Estudos Queer Globais.

1.2. Os Estudos Queer Globais (EQG)

A década de 1990 traz consigo dois importantes fenômenos que modificaram o contexto político, social e econômico mundial. O primeiro deles foi o aprofundamento do processo de globalização e o segundo foi o desenvolvimento do neoliberalismo enquanto projeto global. Esses elementos demarcaram um novo momento para a sociedade global, assim como para o Movimento LGBTI, para a promoção dos direitos humanos e, consequentemente para os estudos sobre identidade de gênero e orientação sexual.

O aprofundamento da globalização, relacionada principalmente ao desenvolvimento tecnológico nas áreas de comunicação e transporte, reduziram os espaços geográficos, possibilitando aos grupos organizados um contato que até então era limitado. Esse fenômeno proporcionou aos movimentos locais a identificação de sujeitos coletivos, em torno de valores, objetivos ou projetos em comum ao redor do mundo (SCHERER-WARREN, 2006), permitindo através das trocas de informações uma ampliação nas capacidades de ação e de articulação dos diferentes grupos. Os movimentos sociais viram, portanto, uma possibilidade de extensão de seu poder de transformação através do que foi classificado na Ciência Política como Redes de Movimentos Sociais.

Na literatura de Direitos Humanos em Relações Internacionais, o conceito das redes de movimentos sociais amplia-se a fim de abarcar outras formas de organização para além dos movimentos sociais, como também Organizações Não-Governamentais de pesquisa e *advocacy* – tanto internacionais como domésticas – fundações, mídia, dentre outros atores. De acordo com Keck e Sikkink (1999), as por elas denominadas Redes Transnacionais de *Advocacy* (RTAs) seriam redes de comunicação, nas quais as diferentes organizações ao redor do mundo/região mantém contato constante a fim de promover objetivos específicos comuns, buscando exercer pressão nos governos nacionais e organizações internacionais de forma articulada, principalmente através da mobilização da informação.

O processo de formação e fortalecimento das redes em muito está atrelado ao segundo elemento do contexto dos anos 90, o neoliberalismo. De acordo com Richardson (2005), a ideologia neoliberal engloba dois campos complementares e indissociáveis, o econômico, referente às políticas monetárias e de comércio – no caso em questão o livre mercado – e o campo das políticas sociais em relação à vida individual, sexual e doméstica. O recente fim da Guerra Fria abria espaço para a proliferação do neoliberalismo enquanto ideologia vencedora e única, fortalecendo na política global não só o discurso do livre mercado, mas também os ideais de democracia liberal ocidentais, que por sua vez fortaleceram o discurso de direitos humanos e do regime internacional de proteção aos direitos humanos. A transnacionalização dos movimentos sociais e de suas agendas, possibilitados pela intensificação da globalização, portanto, encontra também no cenário político neoliberal as vias para seu fortalecimento (KOLLMAN, 2010).

De acordo com Eng et al. (2005), as últimas décadas trouxeram uma crise global que reconfigurou as relações históricas entre economias políticas, a geopolítica da guerra e do terror – fortalecimento do discurso antiterrorismo e a patologização do imigrante – e as manifestações nacionais das hierarquias sexuais, raciais e de gênero. O novo contexto global levaria os Estudos Queer, que tradicionalmente questionam os mecanismos de normalização sexual e de gênero exercido pelo poder estatal, a ampliar o seu escopo de análise do poder. Esse foi um momento de transformação para tais estudos que tiveram que lidar com novas perguntas como “O que os Estudos Queer têm a dizer sobre império, globalização, neoliberalismo, soberania e terrorismo? O que os Estudos Queer pode nos dizer sobre imigração, cidadania, prisões, bem-estar, luto e direitos humanos? [...]” (ENG et al., 2005, p. 2, tradução nossa).

Weber (2014a) concorda que a ascensão do neoliberalismo, a guerra ao terror e a patologização dos imigrantes trouxeram condições para que os assuntos envolvendo orientação sexual e identidade de gênero não mais fossem temas domésticos das diferentes nações. Um dos resultados acadêmicos desse processo foi a transformação dos Estudos Queer em Estudos Queer Globais. Os Estudos Queer Globais, de forma geral, direcionam-se para compreender e criticar como as subjetividades e práticas *queer* são disciplinadas, normalizadas ou capitalizada pelos Estados e suas relações, pelas ONGs, pelas instituições internacionais e pelas corporações internacionais (WEBER, 2014b).

Segundo Kollman (2010), contudo, o estudo da sexualidade, por ser em sua grande parte influenciado por concepções teóricas pós-estruturais acabaram por não ressoar nas literaturas *mainstream* da política – resistentes a essa vertente teórica – sendo desenvolvidos e sustentados inicialmente pela Sociologia, estudos da Sociologia do Direito e estudos feministas, assim como já era percebido antes mesmo do assunto tornar-se transnacional, de acordo com o mostrado na primeira seção deste capítulo.

A pouca importância dada pela academia tradicional de Ciência Política e Relações Internacionais aos estudos que se desenvolviam de forma interdisciplinar criaram uma imagem de que esses estudos não existiam, invisibilidade essa refutada por Weber (2014a). Segundo a autora, os estudos sobre o *queer* no cenário internacional existem e diversos deles dialogam com temas centrais para as RI tradicionais como, por exemplo, a segurança, o Estado e a formação das nações, e a economia política internacional.

Os estudos existentes, em grande parte, seguem as influências das características das pesquisas apresentados na seção anterior, os Estudos Queer. Estendem-se as análises em torno do comportamento dos movimentos sociais agora para o cenário internacional, buscando compreender esse novo nível atuação, ao analisar a prática coletiva e as formas em que os Direitos Humanos são socializados por entre os Estados, Instituições Internacionais e outros atores do globo. Além disso, para além da ação coletiva e dos Direitos Humanos, os Estudos Queer Globais trouxeram consigo análises que buscam verificar como a identidade *queer* pode ser utilizada/mobilizada/manipulada em questões internacionais e transnacionais em matéria de segurança, política externa, identidade nacional, dentre outras.

Observando alguns estudos que refletem sobre a relação dos Estudos Queer Globais para com as Relações Internacionais (ENG ET AL, 2010; WEBER, 2014a; WEBER, 2014b; LANGLOIS, 2016b), pode-se levantar os principais debates trazidos por eles que contribuem para a área. Dentre os temas gerais a questão de maior expressão diz respeito à

análise da promoção dos direitos humanos em torno da sexualidade e identidade de gênero. Por outra via de reflexão, mas também em constante diálogo com as demais, tem-se as questões de segurança, política externa e formação do Estado. Além disso, os autores destacam a importância da existência de produções que se dedicam ao debate teórico/acadêmico que os Estudos Queer Globais exercem para com as Teorias/Academia de RI.

A fim de delimitar características gerais do que são os Estudos Queer Globais que, como já dito, não se limitam às RI, trataremos nos próximos parágrafos dos conceitos e debates trazidos pelos autores acima referenciados. Deixar-se-á, contudo, a questão teórica/acadêmica para ser discutida na próxima seção, por essa ser particularmente relevante para essa Dissertação. Nos capítulos seguintes, ao mapear os Estudos Queer Globais presentes exclusivamente nas publicações de Relações Internacionais estes debates serão reagrupados em uma divisão temática mais detalhada, a fim de se construir um cenário menos generalizante.

Como dito anteriormente, o discurso de promoção dos Direitos Humanos para pessoas LGBTI, emanou no cenário internacional principalmente devido à atuação das Redes Transnacionais de *Advocacy*, compostas por células dos movimentos LGBTI locais. Alguns estudos dedicaram-se, então, primeiramente, ao entendimento de como o movimento se origina e se desenvolve nas diferentes localidades do globo, buscando entender aproximações e distanciamentos entre eles e como tais atores são lidos em suas diversas localidades (ADAM, DUYVENDAK e KROWEL, 1999). Outras pesquisas colocaram seu foco em compreender os processos de socialização das normas de Direitos LGBTI entre as redes transnacionais, instituições internacionais e Estados (SMITH, 2005; KOLLMAN, 2007, 2009; SWIEBEL, 2009; AYUB, 2015).

Esses estudos foram denominados por alguns autores de Liberalismo Queer, o que segundo Eng et al. (2005), comporia uma tentativa de articular as ideias radicais dos Estudos Queer para com as estruturas liberais contemporâneas de promoção dos Direitos Humanos. Aqui reside um dos grandes debates dos Estudos Queer originado antes mesmo deles se tornarem globais: a identidade LGBTI. Ocorre que os Direitos Humanos promovidos nas últimas décadas nos governos nacionais e nas instituições internacionais possuem na sua base de ação a necessidade de identidades determinadas e fixas, sobre as quais versam os direitos legais. Contudo, como dito anteriormente, a Teoria Queer reclama a posição de que tanto sexualidade, quanto gênero são características fluidas, contingentes no tempo e espaço. Desta

forma, uma parte dos estudos, filiados à Teoria Queer, desenvolvem seus trabalhos com o intuito de analisar e criticar a forma em que os direitos humanos LGBTI vem sendo propagados no modelo liberal em questão (PUNT, 2008; WAITES, 2009; GROSS, 2013).

Langlois (2016b) acrescenta que apesar de possuir um caráter assimilador, o Liberalismo Queer não deixa de ressaltar os custos da integração perante as instituições internacionais para o movimento. Esse elemento os associa a outro grupo de estudos, de caráter legalista, chamado pelo autor de estudos sobre performatividade da lei, os quais abandonam uma visão que valoriza a lei por si, buscando compreender não o que são os direitos, mas o que eles promovem.

Ainda sobre os direitos LGBTI, alguns trabalhos criticam seu caráter universalizante também em relação ao seu local de enunciação. O que ocorre é que ao definir e propagar quem são os sujeitos de direito e quais são esses direitos, o Ocidente – local onde o discurso liberal nasce – deixa de levar em conta as particularidades políticas, econômicas, sociais e identitárias de cada região (PUNT, 2008; GROSS, 2013). Dialogando com o pós-colonialismo tais estudos estão no que Eng et al. (2005) chama de diáspora *queer* ou, segundo Langlois (2016b), compõem as chamadas análises sobre posicionalidade.

Saindo do escopo dos Direitos Humanos, temos diferentes estudos ligados à segurança, império e Estados. De acordo com Weber (2014a) tais produções analisam a apropriação do *queer* em prol de uma governança/hegemonia através de sua securitização e/ou mercantilização. Tentam responder perguntas sobre como os Estados performam o *queer* na condução de suas intervenções e guerras buscando consolidar sua posição de poder (WEBER, 1999) ou como os Estados em seu processo de securitização local/regional em busca da manutenção do poder de grupos conservadores localizam o *queer* enquanto um risco social (AMAR, 2013).

Seguindo essa linha, alguns acadêmicos questionam a forma como os Estados se utilizam da homofobia ou da promoção dos direitos LGBTI em sua política externa e na construção de suas identidades nacionais. Nesse sentido, analisa-se a forma como os Estados conduzem um imaginário pró-LGBTI a fim de se definir enquanto civilizado, produzindo por consequência uma consciência de que os outros Estados, que não defendem a mesma pauta, são incivilizados, não progressistas e/ou fora da ordem, determinando as condições de amizade/perigo para com outros Estados, civilizações ou povos (PUAR, 2007; AGATHANGELOU, 2013; SCOTT, 2013; LIND, 2014).

Por fim, estuda-se também como a homofobia circula por entre as nações e como ela é utilizada em alguns Estados como forma de manutenção da própria soberania estatal. Alguns Estados, que em sua maioria encontram sua estabilidade ameaçada, empreendem a homofobia defendendo que a identidade *queer* é um exercício de domínio do ocidente para desestabilizar suas nações. Desta forma, sob um discurso nacionalista, tais Estados buscam erradicar qualquer identidade que extrapole suas normas locais de comportamento (WESS e BOSIA, 2013). Esse tipo de discurso faz transparecer que a homofobia tem um fluxo específico originado pelo imperialismo ocidental nas localidades não ocidentais, e é exatamente esse fluxo que algumas pesquisas buscam interpretar, questionando os discursos ocidentais e não ocidentais (RAO, 2014).

1.3. A proposta acadêmica dos Estudos Queer Globais

Queer, como já dito, quer dizer estranho, fora de lugar, pensando de uma forma mais ampla aquele que questiona o considerado normal pela sua própria existência. Se refletido enquanto verbo, a palavra *queer* nos traz o sentido questionador de estranhar aquilo que foi dado, aquilo que de alguma forma se consolidou enquanto norma, enquanto a práxis padrão. A Teoria Queer não é só *queer* por tratar daqueles não correspondentes à normalidade sexual e de gênero, mas é também o *queer* enquanto verbo, enquanto proposta epistemológica e vem para questionar os modelos vigentes de ciência e, nesse caso em especial, as fronteiras das Relações Internacionais.

Como elucidado na última seção, a Teoria Queer, apesar de tratar de temas centrais para as Relações Internacionais, aparenta não existir para essa academia. Cyntia Weber (2014a), em seu artigo *Why there is no Queer International Theory*, buscou entender o fenômeno da inexistência de uma Teoria Queer nas Relações Internacionais. A autora em um primeiro momento descontrói as hipóteses de que a sua inexistência é devida a falta de interesse acadêmico, a escassez de produções e/ou a suposta excessiva interdisciplinaridade do campo de estudos *queer*.

Segundo Weber (2014), quaisquer argumentos nesses sentidos se desfazem devido aos fatos de que: há sim o interesse de pesquisa, representado, por exemplo, pela criação de um eixo de trabalho dedicado ao assunto no âmbito da International Studies Association (ISA); já existem um número relevante de produções *queer*, podendo ser citados autores como

Kollman, Smith, Weber, Agathangelou e outros; e que por mais que a academia *queer* se desenvolva de forma interdisciplinar, os Estudos Queer Globais focam, como dito anteriormente, em assuntos que são caros para os debates em RI.

Superadas tais hipóteses, Weber (2014a) afirma que existe sim uma corrente teórica *queer* internacional, mas que esta, por algum motivo, não aparece nas publicações e eventos de Relações Internacionais. Segundo Peterson (1992), as Relações Internacionais positivistas (tradicionalis) apresentam dificuldades em se comunicar com vertentes teóricas que transbordem o modelo de ciência por elas adotado. Isso ocorre porque as vertentes tradicionais não traduzem a linguagem pós-positivista de maneira satisfatória, assim como não se abrem para um debate epistemológico mais amplo – debate o qual já possui significância na própria filosofia da ciência – resistindo às críticas a elas realizadas. Tais teorias acabam por conceber o pós-positivismo como incoerente e irrelevante.

Essa estrutura de ciência que domina as Relações Internacionais possui suas raízes na própria história de desenvolvimento da disciplina. De acordo com a narrativa tradicionalmente descrita, assumiu-se que o marco do início dos estudos em Relações Internacionais data a criação do primeiro departamento específico para a área em Aberystwyth, Grã-Bretanha, no ano de 1919. Apesar dessa iniciativa europeia, Stanley Hoffman (1977) afirma que as Relações Internacionais são uma ciência americana. O autor com essa sentença não quer dizer apenas que as RI enquanto campo de estudo possui suas matrizes consolidadas nos Estados Unidos da América, mas também que, devido a predisposições intelectuais, circunstâncias políticas e oportunidades institucionais específicas levaram o país a um patamar de força que pode determinar os padrões epistemológicos, ontológicos e metodológicos de ciência a ser produzido no campo.

Oriunda no contexto do entre guerras (1918-1939), as Relações Internacionais deveriam teorizar formas de se compreender e evitar guerras entre os Estados, principalmente nas dimensões da recém-fundada 1^a Guerra Mundial. Esse seria o principal e único problema a ser superado pela teoria de política internacional. Smith (2000), afirma que mesmo antes desse período já existiam diversos trabalhos que versavam sobre temas de relevância internacional, como o caso das teorias imperialistas, porém, buscando suprir a necessidade de se afirmar enquanto uma área acadêmica independente de outras como ciência política, economia e história, os estudiosos teceram um mito fundador para disciplina.

Acredita-se que os anos iniciais da academia foram marcados por um debate entre duas correntes teóricas opostas: idealistas e realistas. Coloca-se que os idealistas, na busca por

soluções para a manutenção da paz no ambiente internacional, apresentavam teorias de caráter extremamente utópicas e que não propunham soluções e análises condizentes com a realidade. O realismo surgiria, então, para substituir tais abordagens a fim de sistematizar de forma racional e – como diz o próprio nome da corrente – realista as condições para que as guerras fossem evitadas. Essa narrativa demonstra a ideia de que uma corrente falha (idealismo) seria substituída por uma melhor, racional e, portanto, de caráter mais científico (realismo), sendo essa última a representação dos caminhos que as Relações Internacionais deveriam tomar para a sua autonomia enquanto ciência (SMITH, 2000).

O mito fundador, portanto, delimita ontologicamente o que seria considerado um estudo em Relações Internacionais genuíno. Definem-se os Estados enquanto atores e as suas relações em torno da temática de segurança como os objetos de pesquisa relevantes para o campo. Tudo que não condizesse com essa demarcação, estaria vinculado a outras áreas de conhecimento, mas não estaria inserido no que é o verdadeiro e exclusivo campo de estudo das Relações Internacionais. Assim, o realismo se consolida como principal corrente teórica de RI, determinando as diretrizes originais do estudo no campo e sendo o centro dos debates teóricos subsequentes.

Weber (2014a) complementa os argumentos sobre como as RI tradicionais – denominadas por ela de Relações Internacionais Disciplinadoras – bloqueia a entrada de teorias que critiquem suas bases de pesquisa – apesar de possuir o foco na Teoria Queer, a autora estende as consequências do processo por ela descrito a outras teorias de caráter crítico, como as vertentes feministas, o pós-estruturalismo, a teoria crítica neogramsciana, dentre outras. Para ela, a resposta encontra-se em três processos que ocorrem dentro do campo de estudo: homologização, figuração e gentrificação.

De forma geral, Weber (2014a) argumenta que durante a busca pelo estabelecimento do status de disciplina independente, a área de Relações Internacionais acabou por criar concepções limitadoras daquilo deveria ou não compor os estudos do campo. Segundo ela, Martin Wight (1966) em *Why Is There No International Theory?* afirma que as teorias de relações internacionais eram, até o momento, incapazes de se organizar sobre dois aspectos: o de explicar a realidade do cenário internacional e o de não possuir um acumulado teórico e empírico em torno de uma epistemologia, ontologia e metodologia cumulativa e racional. Com o intuito de estabelecer quais as características de uma teoria internacional válida, Wight cria a famosa homologia que em formato matemático coloca que “Política: Política Internacional = Teoria Política: Interpretação Histórica” (a política está para a teoria

política, da mesma forma que a política internacional está para a interpretação histórica). Com essa homologia o autor pretendia defender que a melhor substituição para as falhas teorias de política internacional seria a interpretação histórica, porém o argumento de Weber não reside nesse nível.

A autora aponta que ao estabelecer tal homologia, Wight determina os padrões de produção científica da área e acaba por influenciar toda a produção teórica tradicional posterior a ele. Uma boa Teoria de Relações Internacionais deveria necessariamente realizar os mesmos feitos que a Teoria Política tinha sobre as interpretações da Política, ou seja, faz-se necessário que uma teoria abarque todas as variáveis da política internacional e que a mesma siga uma ordem cumulativa e racional de pesquisa. E é aqui que se desperta a invisibilidade da Teoria Queer, pois ela, além de não ser capaz de explicar o cenário internacional, não possui uma agenda de pesquisa estática, com epistemologias, ontologias e metodologias fixas. Segundo a homologização realizada por Wight a Teoria Queer, e todas as outras teorias não positivistas, estão condenadas ao fracasso. Esse fracasso é reforçado pelo processo de figuração presente na fórmula matemática apresentada por Wight. Weber (2014a) afirma que ao se utilizar da matemática, cria-se uma falsa ideia de que o não cumprimento da fórmula é necessariamente um erro, pois transborda a racionalidade representada pela matemática.

O terceiro processo, o de gentrificação, finaliza qualquer possibilidade de inserção no campo por parte das teorias que não correspondessem o padrão de produção vigente. Weber (2014a) defende que ao chegar ao fim da Guerra Fria, o potencial de interpretação das teorias tradicionais se tornaram baixos devido às falhas de interpretação a respeito dos acontecimentos da época, enquanto as teorias consideradas críticas garantiram para si um grande potencial interpretativo. Temendo perder espaço, as Relações Internacionais Disciplinadoras aceitaram debater com as demais.

Tal debate, no entanto, girou em torno da desqualificação das teorias críticas por parte das teorias tradicionais, ou seja, “expulsou-se” as teorias do que seria o debate oficial do campo, tornando-as ilegítimas. As teorias remanescentes, pouco a pouco, foram forçadas a se adaptar aos moldes tradicionais para que pudessem ser ouvidas e esse é o processo de gentrificação. As teorias que até então eram marginalizadas devido as suas concepções científicas, reformam sua interpretação para que sejam ao menos aceitáveis no debate teórico. De acordo com essa visão, o construtivismo aos moldes de Wendt (1992), por exemplo, seria a gentrificação do pós-estruturalismo não aceito pelas RI Disciplinadoras.

Nos estudos de orientação sexual e identidade de gênero pode-se perceber o processo de gentrificação acima citado. A Teoria Queer Global, ao endereçar a temática sob bases epistemológicas, ontológicas e metodológicas não aceitas pelas RI tradicionais, é invisibilizada enquanto produção acadêmica da área. O que se percebe, é que os estudos *queer* pautados nas concepções construtivistas, ainda que de forma marginal, estabelecem padrões científicos aceitáveis para o tema. Grande parte dos estudos denominados anteriormente de Liberalismo Queer, utilizam-se da metodologia construtivista em seu desenvolvimento.

Apesar de dialogar com os preceitos de ciência das RI Disciplinadoras, o construtivismo expande a agenda de pesquisa do campo e consegue de alguma forma inserir os temas *queer* nos debates da área. Remontando as teorias liberais clássicas, a corrente construtivistas considera essencial o papel dos valores, das normas e do conhecimento compartilhado na formação das diversas identidades e interesses que os inúmeros atores podem adquirir no sistema. Dessa forma, além de afirmar a relevância de atores não estatais na dinâmica de influências internacionais, os construtivistas entendem que os Estados não são atores cujos interesses são dados em termos de poder e de forma imutável devido ao ambiente anárquico, mas sim como um ator composto de diferentes identidades e interesses estabelecidos através das relações sociais domésticas e externas (WENDT, 1992).

Ao questionar a ontologia tradicional da área – os Estados como atores centrais cujos interesses são em termos de poder em prol da sua própria sobrevivência – o construtivismo abre a possibilidade de se acrescentar novos atores e agendas nas pesquisas de RI. A partir disso, tem-se como implicações para as abordagens de orientação sexual e identidade de gênero nas teorias de Relações Internacionais: a inclusão da análise a respeito das formas e estratégias de inserção das redes transnacionais de advocacy LGBTI na busca por direitos legais em torno das diversidades de orientação sexual e identidade de gênero por meio de ação transnacional perante os Estados e/ou as organizações internacionais; a possibilidade de entendimento dos processos de criação e difusão das normas internacionais referentes à orientação sexual e identidade de gênero; e a expansão para o âmbito internacional da análise das teorias dos movimentos sociais em torno das mobilizações identitárias realizadas na atualidade pelos movimentos sociais.

Além da crítica do construtivismo e da estreita relação para com as vertentes feministas, é possível também, estabelecer relações entre a Teoria Queer e a Teoria Pós-colonial no desenvolvimento dos Estudos Queer Globais. O ponto interseccional mais relevante entre essas duas abordagens “reside na preocupação para com as políticas de

identidade, a respeito das categorias e instituições que o conhecimento e o poder geram por meio dos quais a dinâmica social e as pessoas são estruturadas.” (PUNT, 2008, p. 2, tradução nossa).

Nesse sentido, o que entendemos é que tanto o pós-colonialismo, quanto a Teoria Queer abordam os questionamentos e críticas acerca do processo de naturalização de determinadas relações sociais, reificando as estruturas de poder que condicionam comportamentos favoráveis (dóceis) ao status-quo. Ao propor uma reinterpretação do ordenamento social, a epistemologia crítica dessas abordagens desconstroem as divisões binárias oriundas da epistemologia eurocêntrica moderna, tais como: homem/mulher, heterossexual/homossexual, ordem/desordem, civilização/barbárie, sujeito/objeto, etc. (PUNT, 2008). A recomposição indisciplinada da realidade que transborda essas noções binárias cultiva um campo em que é possível lidar com as diferenças e identidades múltiplas, as quais não são necessariamente harmônicas, mas resultantes de um processo contraditório e de resistência às forças colonizadoras do saber que ordenam a construção social.

Ao fim e ao cabo, o que se pretende com a Teoria Queer dentro do campo das RI é justamente demonstrar como ocorre a sexualização também da política internacional, o que reflete nas políticas aplicadas pelos Estados-nação e o comportamento de atores não-estatais. Mais do que reivindicar o espaço da sexualidade nas RI, o avanço ontológico e epistemológico queer é criticar a reprodução de ordenamentos que constroem uma realidade específica de hierarquia e dominação social, que estão presentes desde o controle/deslocamento irrestrito de corpos entre as fronteiras até a ordem de discurso praticada pelo poder para legitimar suas intervenções políticas. É, portanto, demonstrar o quanto importante são as lentes *queer* para compreender o movimento e a performance das RI, ou seja, ampliar o lócus da Teoria de Relações Internacionais. (LANGLOIS, 2016).

2. MAPEAMENTO DOS ESTUDOS QUEER GLOBAIS

A fim de encaminhar os objetivos desta pesquisa foi utilizado o método de revisão bibliográfica sistemática. Com essa metodologia pretende-se elaborar de forma criteriosa um mapa que explice as características da literatura dos Estudos Queer Globais presentes nas publicações mais relevantes em Ciência Política e Relações Internacionais, identificando principais traços epistemológicos, ontológicos, teóricos e temáticos do campo. Além dessa caracterização a respeito do conteúdo das produções fez-se também o destaque da localidade geográfica em que tais obras foram publicadas. Para se realizar tal revisão bibliográfica alguns parâmetros foram previamente definidos, como os locais de busca das produções, as palavras chaves a serem utilizadas na pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão de textos e as variáveis a serem analisadas.

2.1 Fontes de pesquisa

Apesar dos Estudos Queer Globais serem muitas vezes interdisciplinares, definiu-se que os objetos de análise seriam apenas artigos acadêmicos publicados em periódicos atrelados à área Ciência Política e Relações Internacionais. Tal regra fez-se necessária para que a pesquisa fosse exequível (elemento que também influenciou a contenção da base de pesquisa em apenas artigos, apesar de haver uma gama de publicações realizadas em séries de livros) e para que se pudesse ter uma visão focalizada de como especificamente a área de Relações Internacionais engloba os EQG. Os periódicos que serviram de banco de dados para a busca dos artigos analisados foram selecionados de acordo com três critérios sequencialmente complementares:

- I. Periódicos da área de Ciência Política e Relações Internacionais, assim classificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), correspondentes às classificações qualis A1 e A2 da instituição.
- II. Periódicos não inclusos no critério anterior, mas que compõem o projeto “TRIP Around the World: Teaching, Research, and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries” (MALINIAK, PETERSON E TIERNEY, 2012), mais especificamente os presentes na tabela “Worldwide Aggregate Journal Results”.

III. Periódicos latino-americanos, não inclusos nos critérios anteriores, os quais compõem o projeto “TRIP Around the World: Teaching, Research, and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries” (MALINIAK, PETERSON E TIERNEY, 2012), porém não aparecem na tabela “Worldwide Aggregate Journal Results”, sendo apenas elencados nos resultados das pesquisas regionais.

A adoção dos três critérios acima se justifica pela busca de delimitar os artigos selecionados através de um equilíbrio entre o nível de importância dos periódicos e o objetivo de se estabelecer uma análise que inclua a especificidade da região latino-americana. Dessa forma, o critério I delimita os periódicos da área de Ciência Política e Relações Internacionais de maior destaque para a instituição (CAPES) que regulamenta a qualidade científica no Brasil. Percebendo que alguns periódicos comumente destacados enquanto relevantes no cenário científico de Relações Internacionais permaneciam de fora da lista obtida pelo primeiro critério e, portanto, não atingindo a abrangência por nós desejada, adotou-se o critério II.

O projeto “TRIP Around the World: Teaching, Research, and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries” (MALINIAK, PETERSON E TIERNEY, 2012) trata-se de uma pesquisa empírica através da qual diversos profissionais da área de Relações Internacionais ao redor do mundo responderam, dentre outras perguntas, quais periódicos poderiam ser considerados como os mais influentes para a construção do campo de RI. Utilizando os resultados da pesquisa, presentes na Tabela “Worldwide Aggregate Journal Results”, pôde-se agregar ao banco de dados desta pesquisa não só os periódicos reconhecidos institucionalmente no Brasil, mas também aqueles que internacionalmente compõem os principais arcabouços científicos da área.

O critério III aparece enquanto complemento final para os intuitos desta dissertação. Devido a motivos que serão discutidos nos próximos capítulos, os periódicos latino-americanos possuem baixa classificação nas notas da CAPES ou não possuem destaque no cenário internacional quando comparados com os periódicos do norte global (América do Norte e Europa), não estando presentes, portanto, nas listas obtidas pelos critérios I e II. O critério III, por conseguinte, vem para ampliar a gama de periódicos latino-americanos a serem analisado incluindo – os ainda em baixo número – aqueles que obtiveram uma classificação relevante no Projeto TRIP quando comparados regionalmente, mas que não

conseguiram atingir as primeiras classificações ao serem incluídos no ranking do agregado global.

Dito isso, 120 periódicos serviram de banco de dados para esta pesquisa de acordo com os três critérios acima, sendo esses os seguintes:

Tabela 1: Periódicos componentes do critério I

Periódico	Classificação Qualis
Annual Review Of Political Science	A1
Cadernos De Pesquisa	A1
Capital & Class	A1
Citizenship Studies	A1
Comparative Political Studies	A1
Comparative Politics	A1
Critical Policy Studies	A1
Dados - Revista De Ciências Sociais	A1
Development Policy Review	A1
European Journal Of International Relations	A1
European Law Journal	A1
Foreign Policy Analysis	A1
Global Governance	A1
Global Responsibility To Protect	A1
Information, Communication & Society	A1
International Affairs	A1
International Interactions	A1
International Journal Of Transitional Justice	A1

International Political Science Review	A1
International Political Sociology	A1
International Studies Perspectives	A1
International Studies Review	A1
Journal Of Democracy	A1
Journal Of Development Studies	A1
Journal Of International Relations & Development	A1
Journal Of Strategic Studies	A1
Journal of Peace Research*	A1
Latin American Politics And Society	A1
Legislative Studies Quarterly	A1
Leiden Journal Of International Law	A1
Opinião Pública	A1
Perspectives On Politics	A1
Plos One	A1
Policy Studies	A1
Political Communication	A1
Political Research Quarterly	A1
Political Studies Review	A1
Revista Brasileira De Política Internacional	A1
Revista De Economia Política	A1
Revista De Sociologia E Política	A1
Social Forces	A1
Social Indicators Research	A1
The American Political Science Review	A1

The Hague Journal Of Diplomacy	A1
The International Journal Of Press/Politics	A1
The Journal Of Conflict Resolution	A1
The Journal Of Economic History	A1
The Journal Of Politics	A1
The Review Of Policy Research	A1
The World Bank Research Observer	A1
Third World Quarterly	A1
World Development	A1
Actuel Marx	A2
Alternatives	A2
América Latina Hoy	A2
Bpsr - Brazilian Political Science Review	A2
Brazilian Political Science Review	A2
Bulletin Of Latin American Research	A2
Caderno Crh	A2
Cadernos Pagu	A2
Cambridge Review Of International Affairs	A2
Colombia Internacional	A2
Columbia Journal Of Transnational Law	A2
Contemporary Security Policy	A2
Contexto Internacional	A2
Defence Studies	A2
European Journal Of Social Theory	A2
French Politics	A2

Global Policy Journal	A2
Global Society	A2
Health Economics, Policy And Law	A2
Human Rights Quarterly	A2
Information Sur Les Sciences Sociales	A2
International Relations	A2
Journal Of Civil Society	A2
Journal Of Cold War Studies	A2
Journal Of Economic Issues	A2
Journal Of Economic Policy Reform	A2
Journal Of International Peacekeeping	A2
Journal Of Latin American Studies	A2
Journal Of Legislative Studies	A2
Journal Of Peacebuilding & Development	A2
Journal Of Post Keynesian Economics	A2
Journal Of Public Affairs	A2
Journal Of World Trade	A2
Latin American Perspectives	A2
Latin American Research Review	A2
Lua Nova - Revista De Cultura E Política	A2
Millennium: Journal of International Studies*	A2
New Left Review	A2
Novos Estudos. Cebrap	A2
Observatorio	A2
Policy & Internet	A2

Political Theory	A2
Politics & Policy	A2
Polity	A2
Review Of Keynesian Economics	A2
Review Of Political Economy	A2
Revista Brasileira De Ciências Sociais	A2
Revista Contexto Internacional	A2
Revista De Ciencia Política	A2
Revista De Economia E Sociologia Rural	A2
Revista De Estudios Sociales	A2
Revue Française De Science Politique	A2
Sociologia	A2
Studies In Conflict And Terrorism	A2
Studies In Political Economy	A2
Utilities Policy	A2
World Political Science Review	A2
World Politics	A2

Fonte: Própria, 2018.

Nota:

*Os periódicos não constam na classificação do último quadriênio 2013-2016, sendo usado, portanto, o Qualis obtido na classificação do triênio 2010-2012.

Tabela 2: Periódicos componentes do critério II

Periódico	Observação
International Organization	Qualis C na área de Ciência Política em Relações Internacionais

International Studies Quarterly	Não consta na classificação Qualis
International Security	Qualis B5 na área de Ciência Política e Relações Internacionais
Foreign Affairs	Qualis B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais
Review of International Studies	Não consta na classificação Qualis
American Journal of Political Science	Qualis A1 na área Interdisciplinar
Security Studies	Não consta na classificação Qualis
Review of International Political Economy	Qualis A1 na área de Administração Pública e de Empresas, Ciência Contábeis e Turismo Qualis B2 na área de Economia

Fonte: Própria, 2018.

Tabela 3: Periódicos componentes do critério III

Periódico	Observação
Foro Internacional	Qualis B1 na área de Ciência Política e Relações Internacionais
Relaciones Internacionales	Qualis B3 na área de Ciência Política e Relações Internacionais

Fonte: Própria, 2018.

2.2 Palavras-chave

Tendo selecionado os periódicos que serviram de banco de dados, determinaram-se as palavras-chave a serem buscadas nos periódicos em questão. Em cada uma das revistas acadêmicas pesquisou-se pelos termos “queer”, “LGBT” (assim como outras versões da sigla como LGBTI e LGBTQ), “orientação sexual”, “identidade de gênero”, “homossexual”, “gay”, “lésbica”, “transexual”, “travesti”, “bissexual” e “transgênero”. No processo de busca adaptou-se cada termo à língua padrão do periódico, com exceção da palavra *queer*, a qual não possui tradução correspondente para além da língua inglesa.

2.3 Critérios de inclusão e exclusão de textos

O primeiro critério de inclusão e exclusão dos textos resultantes do processo de busca nos periódicos através das palavras-chave acima citadas é o temporal, sendo selecionados apenas artigos publicados nos últimos 25 anos, ou seja, no período de 1993 a 2017. Após o recorte temporal, inúmeros artigos apareceram como resultado, porém nem todos eles poderiam ser considerados parte do que aqui chamamos de Estudos Queer Globais. Fez-se importante excluir as produções que não tratavam das populações *queer*, assim como aquelas produções que apesar de dissertarem sobre o *queer* não possuíam de nenhuma forma relação com o cenário internacional.

Selecionou-se, portanto, os artigos que tivessem a orientação sexual e/ou a identidade de gênero enquanto variável central na análise de fenômenos que transbordam as fronteiras nacionais, ou seja, que assuntos sobre relações interestatais, construção de política externa, movimentos transnacionais de atores não estatais, instituições internacionais, estudos comparados entre dois ou mais Estados, dentre outros. Além disso, incluíram-se na análise os textos que se propõem a analisar a própria academia de relações internacionais através da inclusão de uma perspectiva *queer*. Não foram incluídas produções que analisassem questões internas aos Estados nacionais sem que essa análise tivesse como objetivo a comparação com outros Estados.

2.4 Variáveis de análise

Após a seleção dos textos, faz-se necessário estabelecer as variáveis destacadas em cada artigo que serão objeto de análise nesta dissertação. O primeiro eixo de variáveis encontra-se nas características geográficas das produções. A fim de se obter um mapeamento das regiões em que a produção dos Estudos Queer Globais se concentra, buscou-se contabilizar primeiramente a localidade dos periódicos que contiveram textos para análise, ou seja, apenas aqueles que forneceram material incluso nos critérios de seleção por nós definidos, excluindo os que não apresentaram produções, mas estavam na lista por nós admitida enquanto banco de dados.

Em um segundo momento, ainda no eixo geográfico, buscou-se estabelecer a origem da produção de cada artigo. Para isso, usou-se o critério de identificar a filiação institucional de cada autor, buscando a universidade ou instituto de pesquisa – nos casos de autores vinculados à carreira acadêmica – ou outras instituições da sociedade civil ou

governamental (Organizações Não-Governamentais, Movimentos Sociais ou Organizações Internacionais Interestatais), nos casos de autores que não possuem vínculo acadêmico. Entende-se que uma análise mais detalhada a respeito da local de origem das produções, exigiria a identificação de elementos como a nacionalidade de cada autor, que em diversos momentos diverge de sua filiação profissional e entende-se que esse é também um fator de influência na análise da distribuição geográfica do conhecimento. Contudo, não se propõe nesta pesquisa analisar tal variável, deixando como indicação a importância desse ponto para futuras investigações.

Um segundo eixo de variáveis a serem estudadas diz respeito às características teóricas, ontológicas e epistemológicas das produções. Buscou-se agrupá-las, primeiramente, de acordo com os temas por elas tratados. Em diversas vezes os textos tratam de mais de um grupo de assuntos e, por isso, a tarefa de classificá-los não pode ser vista enquanto definitiva e excludente. Fez-se um esforço de adotar o maior número de classificações possíveis, agrupando os textos nos seguintes eixos temáticos: Segurança; Criação, Manutenção, Difusão e Impactos da Norma; Estado, Política Externa e Identidade Nacional; Ação Coletiva (Movimentos Sociais e ONGIs); Imigração e Refugiados; Orientalismo e Colonialismo; Academia de Relações Internacionais e Teoria de Relações Internacionais; Economia; Discurso e opinião pública; e Governança Global.

Posteriormente, organizou-se os artigos de acordo com as influências teóricas por eles adotadas. Nessa seção, as produções foram incluídas nas principais correntes teóricas que trabalham o *queer* e que em alguma medida possui presença na disciplina de Relações Internacionais, as quais são: Construtivismo, Institucionalismo Racional, Institucionalismo Sociológico, Institucionalismo Histórico, Teoria Queer e Pós-colonialismo/Orientalismo. Parte dos textos não possui filiação teórica explícita, mas seguiam padrões metodológicos e epistemológicos característicos de determinadas teorias, sendo classificados através dessas particularidades. Outros textos propuseram novas concepções teóricas e ainda outros não possuíam base teórica ou não foi possível de identificá-las.

Por fim, dividiu-se os estudos de acordo com sua perspectiva epistemológica. Buscou-se identificar se cada texto possuía bases positivistas sobre a produção científica, ou se eles seguiam vertentes pós-positivistas. Desta forma, pode-se analisar qual tipo de produção científica vem sendo privilegiado nos Estudos Queer Globais, além de se tornar possível compreender quais temáticas e vertentes teóricas tendem a adotar uma perspectiva ou

outra. Incluiu-se também um grupo de textos nos quais não foi possível identificar um explícito envolvimento com um dos dois grupos epistemológicos aqui destacados.

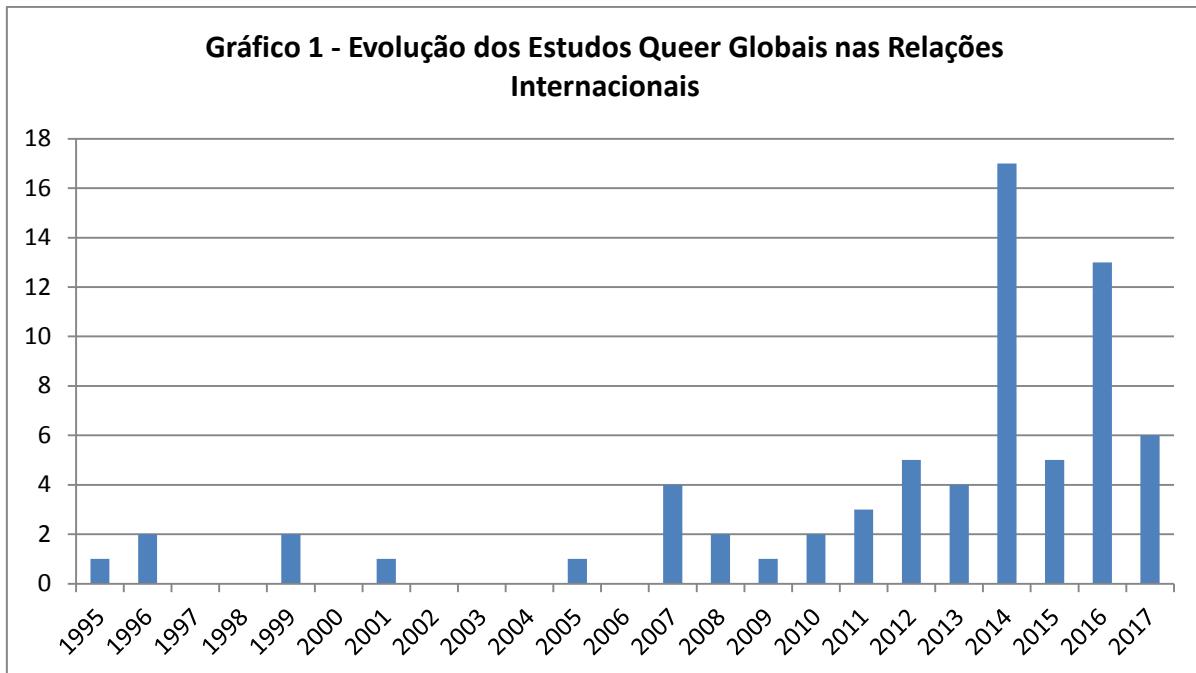
3. OS ESTUDOS QUEER GLOBAIS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Neste capítulo são apresentados os principais resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica sistemática disposta anteriormente. Primeiramente serão apresentadas as considerações gerais dos textos e autores, prosseguindo nas sessões posteriores com a descrição das variáveis de análises propostas pela metodologia de pesquisa. Desta forma, após os dados gerais, seguem os títulos a respeito da distribuição geográfica das produções, das suas temáticas, grupos teóricos e, por fim, sobre suas características epistemológicas. Esse mapeamento contribui para a compreensão dos Estudos Queer Globais, pois indica o caminho que o campo vem seguindo dentro da ciência em geral e mais especificamente nas Relações Internacionais. Identificar e organizar as características desses estudos auxilia no processo ainda prematuro de desenvolvimento, consolidação e principalmente de aceitação da temática *queer* nas RI, dando base para as futuras produções que virão a surgir.

3.1 Dados Gerais

Dos 120 periódicos visitados, apenas 32 forneceram artigos que compõem o que nesta pesquisa denomina-se de Estudos Queer Globais, correspondendo, portanto, a 26,66% do total. A revista Foreign Affairs merece destaque, pois, apesar de cumprir os critérios definidos na metodologia e ainda apresentar diversos textos com temáticas *queer*, possui produções que se encontram mais no caráter jornalístico que nos moldes das discussões acadêmicas. Não se quer dizer que as produções da revista não compõem o que se classifica enquanto ciência, porém, pelas características gerais dos textos, esses estariam deslocados das variáveis aqui selecionadas para análise, principalmente em matéria de filiação teórica.

Ao fim da seleção, obteve-se um total de 69 artigos para análise, os quais se organizados temporalmente apresentam-se da seguinte forma:



Fonte: Própria (2018)

Observa-se que as produções começam a ganhar maior volume a partir do ano de 2007, tendo como destaque os anos de 2014 e 2016, nos quais ocorreram lançamentos relevantes de edições especiais dedicadas exclusivamente ao tema *queer*, o *Forum on Queer International Relations*, publicado em 2014 pela *International Studies Review*, e o *Forum: Faking It in 21st Century IR/Global Politics*, publicado em 2016 pela *Millennium: Journal of International Studies*.

Ao fim da busca pelos artigos somou-se a colaboração de 87 autores e autoras. Desse número depreende-se que 81 produziram suas pesquisas filiados a uma instituição de ensino, 5 vinculados a outros tipos de instituições e 1 sem vínculo identificado. Mesmo não sendo parte da proposta desta Dissertação, considera-se relevante destacar a distribuição dos autores de acordo com o seu gênero. Do número total de autores, 51 (58,62%) são do gênero masculino e 36 (41,37%) do gênero feminino, o que demonstra que nos Estudos Queer Globais o gênero masculino ainda prevalece nas produções científicas.

3.2 Distribuição geográfica das produções

Nessa análise levam-se em conta dois fatores relacionados à distribuição geográfica da produção científica nos Estudos Queer Globais. Primeiramente considera-se o local de origem de cada periódico que apresentou textos para análise e, posteriormente, analisa-se o local de filiação profissional dos autores de cada artigo.

No primeiro quesito tem-se que dos 32 periódicos, apenas 4 possuem origem latino-americana, sendo 3 brasileiros (DADOS - Revista De Ciências Sociais, Cadernos Pagú e Lua Nova) e 1 colombiano (Colombia Internacional). Todos os outros possuem sede nos Estados Unidos ou no Reino Unido.

Analizando os autores e autoras tem-se uma visão mais detalhada da concentração da produção. No quadro abaixo, pode-se observar a divisão regional daqueles que contribuíram para os artigos por nós analisados:

Tabela 4 – Distribuição regional dos Estudos Queer Globais nas RI

Região	Número de autores
Estados Unidos e Canadá	46*
Europa	29
América Latina	4
Africa	5*
Oriente Médio	1
Oceania	2
Não identificado	1

Fonte: Própria, 2018.

Nota:

*O autor Dan Kuwali foi contabilizado nas duas regiões devido a sua dupla filiação institucional (University Pretoria e Harvard University)

Observa-se, portanto, que do total de autores, um pouco mais da metade (52,87%) possui filiação com instituições situadas nos Estados Unidos ou Canadá. Importante ressaltar ainda que dos 46 autores destacados para essa região, apenas 7 pesquisam a partir do Canadá, estando os outros 39 todos situados nos Estados Unidos da América. A Europa, região com a segunda maior concentração de autores (33,33%), assim como a América do Norte, também apresenta um Estado polo nas produções. O Reino Unido é responsável por 23 dos autores contabilizados, restando 4 autores de outros países da Europa Ocidental (Suécia, Dinamarca, Itália e Suíça) e 2 da Europa Oriental (Rússia e República Tcheca). Infere-se que do total de autores da pesquisa, 71,26% (62 autores) estão situados nos EUA ou no Reino Unido, confirmado a concentração majoritária da produção dos Estudos Queer Globais nos países centrais do sistema internacional.

Nas outras regiões, apesar dos baixos números também se observa uma concentração na produção. Na África, 4 dos 5 autores provêm da África do Sul, sendo o outro da Namíbia e na América Latina, 3 são brasileiros e 1 colombiano. O único autor do Oriente Médio representado possui filiação em Israel e os dois autores da Oceania são da Austrália.

3.3. Distribuição temática

Nesta seção pretende-se apresentar uma divisão dos artigos encontrados de acordo com o tema de sua abrangência, separando-os nos eixos de Segurança; Criação, Manutenção, Difusão e Impactos da Norma; Estado, Política Externa e Identidade Nacional; Ação Coletiva (Movimentos Sociais e ONGIs); Imigração e Refugiados; Orientalismo e Colonialismo; Academia de Relações Internacionais e Teoria de Relações Internacionais; Economia; Discurso e opinião pública; e Governança Global. Faz-se necessário, contudo, ressaltar mais uma vez que tal divisão possui valor enquadramento indicativo da direção central das pesquisas, não pretendendo coloca-las em uma classificação estática, já que diversos textos acabam por transitar por diferentes temáticas ao mesmo tempo. Segue na tabela abaixo, portanto, uma categorização geral dos textos:

Tabela 5 – Distribuição temática dos Estudos Queer Globais nas RI

Eixo temático	Número de Textos
Criação, Manutenção, Difusão e Impactos da Norma	25
Academia e Teoria de Relações Internacionais	12
Estado, Política Externa e Identidade Nacional	8
Orientalismo e Colonialismo	6
Ação Coletiva (Movimentos Sociais e ONGIs)	6
Imigração e Refugiados	4
Segurança	3
Economia	2
Discurso e opinião pública	2
Governança Global	1

Fonte: Própria, 2018.

O primeiro eixo temático, no qual encontramos o maior número de produções (36,23%), é o de Criação, Manutenção, Difusão e Impactos da Norma. Em geral os textos desse tema podem ser divididos em dois grupos, os que tratam da conquista de direitos por parte da população LGBTI e os que analisam a homonegatividade, ou seja, a visão político-

social negativa de tais populações. Dos 25 textos, 20 dialogam na primeira categoria ao analisarem, por exemplo, os processos de descriminalização das identidades LGBTI em diferentes Estados (FRANK E MCENEANEY, 1999; ASAL, SOMMER E HARWOOD, 2012); a evolução das legislações sobre direitos civis específicos, como as uniões homoafetivas (KOLLMAN, 2007; DÍEZ, 2013), a não-discriminação no trabalho (SOMMER E ASAL, 2012) e a identidade de gênero (JURADO, 2015); o processo de socialização da norma – atores, dinâmicas, estratégias discursivas – nas instituições internacionais (STYCHIN, 2001; MURRAY E VELJOEN, 2007; BAUSLEY, 2016) e os impactos delas sobre os Estados membros (AYUB, 2014; VASILEV, 2016).

Dois textos focam particularmente na inclusão dentro do debate de direitos de duas identidades quase não trabalhadas nos textos, das pessoas transgênero (SABATELLO, 2011) e intersexuais (TRAVIS, 2014). Um último grupo tem como foco as Cortes Internacionais, tanto em matéria da abrangência de suas normas e decisões (BELL, 1999; BOHLANDER, 2014), quanto na sua capacidade de exercer o papel de ator do cenário internacional (HELPFER E VOETEN, 2013).

Os outros cinco textos compõem o segundo grupo desse primeiro eixo. Um deles trabalha diretamente o processo de estabelecimento das normas de criminalização da população LGBTI (ZAHN ET AL., 2016). Um segundo texto, ainda sobre a criminalização – que poderia também ser incluso no eixo sobre Orientalismo e Colonialismo – coloca suas lentes de uma forma distinta, buscando compreender a herança colonial britânica nesse processo de difusão da homonegatividade no campo legal (HAN E O'MAHONEY, 2014). Outro artigo tem como foco de análise o nível de discriminação (não somente no campo da norma) da população LGBTI ao redor do globo (LEE E OSTREGARD, 2017). Por fim, duas produções buscam compreender como as instituições religiosas contribuem para a evolução da homonegatividade (ANDERSON, 2011; GROSSMAN, 2015).

O segundo eixo temático de maior destaque (17,39%) é sobre Academia de Relações Internacionais e Teoria de Relações Internacionais. As produções aqui inclusas discutem principalmente a forma como as Relações Internacionais se organiza teórica e empiricamente, argumentando a respeito da importância de se incluir as populações *queer* e a Teoria Queer em seu escopo de análise (SJOBERG, 2012; LIND, 2014; PETERSON, 2014a; WEBER, 2014; WILCOX, 2014; SELBIN, 2016; RICHTER-MONTPETIT, 2017; WILCOX, 2017). Questiona-se também o porquê de até hoje as obras *queer*, não serem aceitas enquanto objeto da disciplina (WEBER, 2014; WEBER, 2016). Além disso, debate-se por fim o ensino

das Relações Internacionais, arraigados nas estruturas tradicionais da área, o qual poderia ser ampliado através de uma visão *queer* (NAYAK, 2014; DUNN, 2016).

O eixo de Estado, Política Externa e Identidade Nacional foca na figura do Estado, suas características, construção e relações. As produções aqui alocadas discutem primeiramente as instituições dos Estados como, por exemplo, a democracia ou posição política dos governos, e sua relação com a população LGBTI (FRIEDMAN, 2009; ENCARNACIÓN, 2014), assim como a relação entre suas características político-sociais e o bem-estar da população LGBTI (BERGGREN, BJØRNSKOV E NILSSON, 2016). Debatem também, como os Estados em suas relações bilaterais ou multilaterais utiliza-se da identidade *queer* para seus interesses de política externa (HILDEBRANDT, 2010; SJOBERG, 2016; LANGLOIS, 2016a; RAO, 2016). Além do citado, discute-se a influência da identidade *queer* na constituição das identidades nacionais e da geopolítica do poder (BAKER, 2016).

No eixo temático do orientalismo e colonialismo cinco dos seis textos, de forma geral, debatem o uso da identidade *queer* enquanto forma de hierarquizar identidades nacionais. Três deles analisam o discurso em torno do progresso, no qual as civilizações que seguem os padrões de direitos *queer* do ocidente são consideradas moralmente superiores às que não os adotam – aqui comumente as civilizações orientais – tendo as civilizações ocidentais, portanto, o uso desse argumento enquanto ferramenta de um novo colonialismo (SABSAY, 2012; ATLURI, 2012; DALACOURA, 2014). Para além dos citados, outro texto analisa como o ocidente transforma o homem alegão em objeto *queer* a fim de se estabelecer uma imagem de domínio sobre aquela nação (MANCHANDA, 2014). Além disso, têm-se um trabalho que desvela como a identidade *queer* é objeto dos soldados americanos em práticas de tortura militar nas operações no Oriente Médio (OWENS, 2010). Por fim, encontra-se um trabalho de cunho teórico que busca estabelecer as possíveis conexões entre os conceitos “*queer*” e “terceiro mundo” a fim de provar uma completude analítica entre ambos (KAPOOR, 2015).

O quinto eixo temático diz respeito à ação coletiva dos movimentos sociais e ONGs LGBTI. De certa forma, este eixo se mistura com o primeiro, que diz respeito à norma, já que na atualidade as organizações da sociedade civil têm como objetivo principal a obtenção de direitos perante as instituições. Contudo, diferenciaram-se os textos deste tema devido ao foco de análise neles atribuído. Enquanto no primeiro eixo a centralidade da pesquisa é na norma (desenvolvimento e socialização), neste eixo o foco é o grupo coletivo,

ou seja, quais as características de atuação e composição das organizações, e quais as diferenças entre elas nas diferentes localidades.

Três textos possuem como objetivo comparar os movimentos sociais de diferente Estados: Fernandes (2015) compara a atuação do movimento homossexual indígena brasileiro e estadunidense, Robertsk (1995) analisa a emergência dos movimentos nos países em desenvolvimento através do fenômeno catalizador do HIV, e Colling (2014) busca comparar a atuação do ativismo *queer* e suas tensões com o movimento LGBT nos Estados de Portugal e Chile. Para além dessas produções outras três apresentam uma análise multiescalar, buscando compreender a influência do e o impacto no cenário internacional a partir dos movimentos nacionais. Um dos textos buscou entender como os diferentes grupos políticos se comportam e dialogam a respeito do gênero e da sexualidade no âmbito da ONU (SMITH, 2017), outro procurou explicar a atuação da sociedade civil no processo de inclusão da população *queer* na agenda de direitos humanos (SANDERS, 1996), e uma última produção estudou o movimento LGBT canadense e sua atuação local, regional e internacional (GRUNDY E SMITH, 2005).

No eixo de imigração e refugiados pôde-se, como se viu, encontrar quatro artigos. Epstein e Carrillo (2014) trabalham sobre a cidadania do gay imigrante mexicano vivendo em solo estadunidense, enquanto Fortier (2013) analisa as motivações e consequências do processo de naturalização de imigrantes *queer* em relação ao conceito de cidadania. Ainda sobre imigração, Howe, Zaraysky e Lorentzen (2008) estudam a migração de indivíduos pertencentes à população transgênero que se deslocam de Guadalajara para São Francisco com o intuito de exercer trabalhos sexuais. Por fim, França (2017) explora o conceito de Imigrante LGBTI, buscando estabelecer as narrativas em torno do direito de refúgio de pessoas em perigo devido à sexualidade ou identidade de gênero.

Em matéria de Segurança três focos distintos foram encontrados. Pratt (2007) faz um estudo de caso do Egito, associando relações interpessoais envolvendo sexualidade na formação de noções de segurança nacional nas relações internacionais. Sjoberg (2014), por sua vez, busca estabelecer um diálogo entre a Teoria Queer e as Relações Internacionais tradicionais através do estudo do conceito de “paz territorial”. No último artigo deste eixo, Hagen (2016) revisa as políticas de paz e segurança relacionadas ao gênero a fim de levantar o silêncio – assim como de elencar possibilidades de ação – que a comunidade internacional sustenta a respeito da violência sofrida pelas populações LGBTI em períodos de conflito.

Os últimos três eixos são os de menor expressão numérica. Na categoria da economia analisa-se de forma comparativa como os níveis econômicos e de desigualdade dos

Estados estão relacionados às mudanças sociais e à discriminação em torno da população *queer* (ANDERSEN E FETNER, 2008; INGLEHART, PONARIN E INGLEHART, 2017). No eixo que trata do discurso, um dos artigos busca compreender como diferentes religiões difundem o discurso discriminador nos Estados europeus (DOEBLER, 2015) e o outro analisa a relação que a liberdade midiática dos países exerce sobre a promoção da tolerância aos LGBTI na sociedade (AYUB E GARRETSON, 2016). Para finalizar, o último eixo apresenta um texto sobre governança, o qual busca analisar a resposta da sociedade global para com a crise do HIV, usando como estudo de caso o Estado da Botswana.

3.4 Distribuição Teórica

Ao se pensar na literatura encontrada a partir do contexto de sua inserção nas teorias de relações internacionais, pode-se perceber que também há uma concentração das obras em certas vertentes. Destaca-se que, como se pode imaginar, quase nada das teorias mainstream (Realismo e Institucionalismo Racional) – ou o que por vezes denominamos como RI disciplinadoras – aparecem como base para as produções, por tratar-se aqui de um assunto marginal no campo. Ainda assim, não são as teorias periféricas que garantem o maior número de contribuições, mas sim o construtivismo, a qual é a corrente que mais dialoga e é mais bem aceita pela tradição da área. Pode-se observar os resultados numéricos na tabela abaixo:

Tabela 6: Distribuição teórica dos Estudos Queer Globais nas RI

Teoria	Número de textos
Construtivismo	33
Teoria Queer	19
Orientalismo e Pós-colonialismo	5
Não identificado	5
Teorias da Cidadania Sexual	4
Institucionalismo Racional	3

Fonte: Própria, 2018.

Como se vê, 47,82% das produções encontradas na pesquisa foram agrupadas no que aqui chamamos de Construtivismo. É importante ressaltar que ao se estabelecer a categoria teórica construtivista, induz-se a uma grande generalização das obras componentes dessa classificação, o que é um erro. Dentro do conglomerado textual proposto residem

diferentes perspectivas que não se complementam necessariamente quanto proposta teórica e metodológica estática. Portanto, ao se tratar de Construtivismo refere-se mais a uma perspectiva de análise científica a uma teoria no modelo clássico de epistemologias, ontologias e metodologias específicas.

Os artigos, de forma geral, utilizam-se de uma diversidade de variáveis, a fim de identificar a influência das mesmas na constituição do problema central por eles proposto. Para isso, reconhecem o poder de ação de diferentes atores no cenário analisado, levando em consideração não somente o Estado e as Instituições Internacionais, mas também atores da sociedade civil, organizada ou não organizada, reconhecendo também o poder de ação característico do discurso e das normas por si.

A maior parte dos textos pertencentes ao domínio construtivista possui como foco central de suas análises as normas de direitos para população LGBTI. Elas buscam compreender como as normas surgem, como elas se difundem dentro e por entre os Estados, quais características (sociais, políticas, econômicas) influenciam o comportamento das normas e de que forma o fazem. Das 33 produções desse grupo teórico, 12 dedicam-se ao processo de estabelecimento da norma por parte dos Estados-nação, a partir de legislações que garantam ou retirem direitos dos indivíduos em questão, buscando compreender como e quais atores participam desse fenômeno, como o Estado reage a ele e quais as diversas variáveis que podem ser consideradas relevantes na criação/exclusão de uma norma (KALLEN, 1996; FRANK E MCENEANEY, 1999; KOLLMAN, 2007; ENCARNACIÓN, 2011; SABATELLO, 2011; SOMMER E ASAL, 2012; ASAL, SOMMER E HARWOOD, 2012; DÍEZ, 2013; HAN E O'MAHONEY, 2014; JURADO, 2015; ZAHN, GROSSO ET AL, 2016; LEE E OSTERGARD, 2017).

Outros seis textos partem dos mesmos princípios de análise para compreender a difusão da norma, porém, com o foco nas instituições internacionais e no regime de direitos humanos internacional (SANDERS, 1996; MURRAY E VILJOEN, 2007; AYUB, 2014; BAISLEY, 2016; VASILEV, 2016; SMITH, 2017). Essas produções buscam, assim como as anteriores, compreender como os processos de socialização da norma, atentando-se, contudo no transbordamento de tais normas do nível estatal para o âmbito internacional, elencando a participação dos diferentes atores e variáveis relevantes ao processo.

Cinco textos mais, ainda no grupo relacionado às normas, selecionam variáveis específicas para a compreensão do desenvolvimento dos direitos LGBTI. Eles compararam diferentes Estados ou regiões a fim de entender, por exemplo, o efeito da democracia

(HILDEBRANDT, 2010; ENCARNACIÓN, 2014), da ideologia partidária (FRIEDMAN, 2009), da representação política identitária (REYNOLDS, 2013) e da economia nacional (INGLEHART, PONARIN E INGLEHART, 2017) no fenômeno de surgimento e manutenção das normas LGBTI.

Os outros dez textos classificados enquanto construtivistas ainda preservam a característica central de analisar as diferentes variáveis e atores no processo de construção de um fenômeno, porém, por não se concentrarem no entendimento de desenvolvimento e socialização da norma acabam por apresentar estruturas de pesquisa diferentes das anteriores. Quatro produções analisam a propagação do discurso, três deles com foco nas instituições religiosas e sua participação na difusão da homofobia (ANDERSON, 2011; DOEBLER, 2015; GROSSMAN, 2015), e outro com o propósito de entender a participação da mídia na construção de sociedades mais igualitárias para a população LGBTI (AYUB E GARRETSON, 2016).

Dois textos concentram-se no ativismo *queer*, compenetrando-se na composição e atuação de um ator específico, no caso o Movimento LGBTI (ROBERTSK, 1995; FERNANDES, 2015). Também em uma análise focada num ator específico encontra-se a produção de Howe, Zaraysky e Lorentzen (2008), cujo intento é de compreender a migração da população transexual. Por outro lado, Renwick (2007), ao buscar entender a dinâmica de governança em relação ao HIV em Botswana, foca sua análise em múltiplos atores da sociedade internacional.

A Teoria Queer compõe a segunda maior presença teórica dessa pesquisa, com 27,53% dos textos selecionados. Por ser uma corrente teórica cuja base reside na crítica às estruturas de poder das normas vigentes na sociedade, as produções aqui alocadas não se limitam ao objeto da sexualidade e da identidade de gênero, trazendo consigo reflexões sobre o poder na política internacional, assim como na própria academia de Relações Internacionais. Assim sendo, todos os textos questionam em alguma medida a forma em que as Relações Internacionais se organizam de modo a não tornar relevantes as variáveis do gênero e da sexualidade.

Treze dos dezenove textos fazem o exercício supracitado de forma direta utilizando os princípios da Teoria Queer para analisar como as estruturas de dominação do mundo – e consequentemente da ciência – ocidental, positivista e heteronormativo excluem ou limitam a presença da população *queer* nas análises e teorias de Relações Internacionais. Tais textos realizam tal processo seja argumentando sobre a importância do *queer* para as RI

enquanto campo analítico (LIND, 2014; WEBER, 2014a, 2014b; SELBIN, 2016; WEBER, 2016), seja com foco nas contribuições *queer* para o fortalecimento das teorias de RI (SJOBERG, 2012; PETERSON, 2014a; SJOBERG, 2014; WILCOX, 2014; WILCOX, 2017), e até mesmo em discussões sobre o ensino de RI (NAYAK, 2014; DUNN, 2016), todos partindo da crítica à chama RI disciplinadora e as fronteiras ao conhecimento por ela imposta.

Os outros seis textos, cada um a sua forma, utilizam da metodologia de crítica e desestabilização das normas de gênero e sexualidade – aqui no sentido de regra ou costume social e não enquanto legislação – presente na Teoria Queer para se analisar objetos específicos das Relações Internacionais. Uma parte dedica-se a análise da política externa, buscando identificar referências ao masculino/feminino e ao homossexual/heterossexual na postura dos Estados ao se relacionar uns com os outros (BAKER, 2016; SJOBERB, 2016; LANGLOIS, 2016a; RAO, 2016), outra parte investe esforços na análise de conceitos como a possível aproximação entre os termos “*queer*” e “terceiro mundo” (KAPOOR, 2015), assim como as diferenças no campo internacional entre a Teoria Queer e os também chamados Estudos LGBT (RICHTER-MONTPETIT, 2017).

Em terceiro lugar, encontram-se os textos que utilizam do Orientalismo e do Pós-colonialismo, totalizando o número de cinco (7,24% do total) produções – mesmo número de artigos, dos quais não se foi capaz de identificar um alinhamento teórico específico, classificados na tabela, portanto, na categoria de “não identificado”. Partindo da análise a respeito da relação hierárquica entre o ocidente e o oriente, na qual o primeiro encontra-se em posição de superioridade ao segundo, tais produções focam em dissertar sobre como a sexualidade e a identidade de gênero são apresentadas e/ou mobilizada nas relações entre essas macro regiões.

Três textos dessa categoria teórica tratam a forma como as identidades sexuais e de gênero construídas no ocidente entram em diferentes disputas em um oriente cuja estrutura social desenvolveu-se de forma distinta das categorias ocidentais, buscando elencar as consequências desses embates para as relações de poder internas e externas dos Estados e dos indivíduos (ATLURI, 2012; SABSAY, 2012; DALACOURA, 2014). Os outros dois tratam especificamente da análise do processo de deslegitimação do cidadão oriental por meio da construção por parte do ocidente de identidades associadas à feminilização/masculinização dos indivíduos no oriente médio, com o intuito de exercer um papel imperial sobre os mesmos. Um deles trata da construção da masculinidade do homem afgão (MACHANDA,

2014) e o outro das torturas realizadas por militares estadunidenses sobre cidadãos muçulmanos em períodos de conflito (OWENS, 2010).

A categoria denominada de Teorias da Cidadania Sexual, apesar de não ser um grupo teórico dedicado de forma explícita à academia de Relações Internacionais, apresentou quatro textos que continham condições de serem inclusos nessa pesquisa e que, portanto, fornecem, mesmo que de forma não ativa, contribuições para os Estudos Queer na área. Tais textos, que se auto identificam pertencentes à corrente em questão têm como foco o conceito de cidadania, buscando compreender os seus possíveis significados e implicações para a população LGBTI, seja no processo de inserção de imigrantes em uma sociedade específica (FORTIER, 2013; EPSTEIN E CARRILLO 2014), seja no movimento de luta por direitos civis (GRUNDY E SMITH, 2005) ou na construção de uma cidadania regional, como no caso da União Europeia (STYCHIN, 2011).

Por fim, o Institucionalismo Racional aparece em três textos, representando 4,34% da amostra total. Esses artigos preservam a centralidade das instituições, admitindo o poder institucional enquanto ator autônomo do sistema político internacional. Desta forma, as pesquisas em questão analisam de forma racional como as mudanças institucionais e das normas a respeito das questões de sexualidade e de gênero são capazes de promover ou limitar o desenvolvimento dos debates em torno da população *queer* (BELL, 1999; HELFER E VOETEN, 2013; BOHLANDER, 2014).

3.5 Distribuição Epistemológica

A última variável analisada por esta pesquisa diz respeito à postura epistemológica dos artigos selecionados, os quais foram classificados em “positivista”, “pós-positivista” e “indeterminado”. Os respectivos resultados podem ser observados na tabela abaixo:

Tabela 7 – Distribuição epistemológica dos Estudos Queer Globais nas RI

Epistemologia	Número de textos
Positivista	38
Pós-positivista	29
Indeterminado	2

Fonte: Própria, 2018.

Como se vê acima, 55,07% dos artigos foram incluídos na categoria positivista, enquanto 42,02% foram alocados no campo pós-positivista. Observa-se, portanto, um relativo equilíbrio entre as duas concepções de ciência quando se trata da temática *queer*.

É relevante ressaltar a relação que a epistemologia possui com a variável teórica apresentada anteriormente. Devido às bases de sua construção teórica – declaradamente críticas ao positivismo – todas as produções da Teoria Queer e do Orientalismo/Pós-colonialismo foram identificadas enquanto pós-positivistas. Além dessas, uma produção pós-positivista declare-se pertencente à Teoria da Cidadania Sexual (STYCHIN, 2001), outra não obedece a uma teoria específica (TRAVIS, 2014) e, por fim, dois artigos classificados como construtivistas desenvolveram-se na perspectiva epistemológica em questão (KUWALI, 2014; DOEBLER, 2015).

Nos textos classificados enquanto positivistas, encontram-se todas as produções ligadas ao Institucionalismo Racional e ao Construtivismo – com exceção dos dois citados acima – e um artigo da Teoria da Cidadania Sexual (GRUNDY E SMITH, 2005). Ambos os textos em que não se foi possível identificar a concepção epistemológica compõem a Teoria da Cidadania Sexual (FORTIER, 2013; EPSTEIN E CARILLO, 2014).

Apresentados os resultados, conclui-se que os Estudos Queer Globais presentes nas RI compõem em sua maioria produções produzidas na América do Norte, sendo seguida um pouco distante pela região europeia. As temáticas mais abordadas dizem respeito as questão de Criação, Manutenção, Difusão e Impactos da Norma, tendo destaque também as produções sobre Academia e Teoria de Relações Internacionais. Em relação às teorias adotadas o construtivismo está presente no maior número de artigos, vindo a Teoria Queer logo em segundo lugar. A expressão teórica em muito se associa com os resultados temáticos, já que a maior parte das publicações sobre a norma utilizam-se do construtivismo, assim como a Teoria Queer é a maior fomentadora dos debates envolvendo Teoria de Relações Internacionais e as condições da academia de RI.

Tais conclusões demonstram que a inserção dos Estudos Queer Globais nas Relações Internacionais se dá, pelas vias temáticas que há mais tempo disputam espaço com o *mainstream* da área, no caso o campo dos Direitos Humanos e os debates acerca do desenvolvimento da própria disciplina. Teoricamente, o construtivismo, das correntes apresentadas pelas pesquisas, é a teoria que mais conseguiu dialogar com as teorias

tradiccionais e, por isso são mais aceitas nas publicações, contudo a relevância da Teoria Queer pode indicar um processo de disputa sobre as agendas de pesquisa e concepções ontológicas, metodológicas e epistemológicas da área. Essa disputa é mostrada pelo relativo equilíbrio entre positivismo e pós-positivismo apresentado na última tabela.

Mapear os Estudos Queer Globais nas Relações Internacionais permite uma maior compreensão das condições atuais dessas produções que até então pouco foram organizadas. Entender os padrões temáticos, teóricos e epistemológicos auxilia na reflexão sobre os caminhos possíveis a se seguir nas pesquisas futuras assim como identificar possíveis falhas na produção atual podendo, então, repensar os rumos a serem tomados. No próximo capítulo, algumas dessas possibilidades e limites serão levantados pensando-se no desenvolvimento dos Estudos Queer Globais em RI na região latino-americana.

4. E A AMÉRICA LATINA?

O primeiro objetivo dessa Dissertação era o de descrever algumas das características científicas dos Estudos Queer Globais que foram publicados em uma série de periódicos da área de Ciência Política e Relações Internacionais. Entretanto, o autor acredita na importância da localidade geográfica das produções e das consequências que esse fator pode trazer para a temática e para a ciência como um todo. Assim dito, um segundo grande objetivo da pesquisa é o de trazer reflexões sobre os debates apresentados a partir de uma lente regional do local onde ela se insere, a América Latina.

Nesse capítulo busca-se destacar primeiramente os resultados gerais das produções latino-americanas em comparação com os das demais localidades, refletindo, assim, sobre o local ocupado pela região na produção *queer* nas Relações Internacionais. Atento ao caráter de iniciante na área procura-se dissertar sobre as possibilidades futuras dos Estudos Queer Globais para a região, assim como os limites que podem ser encontrados a partir daquilo que vem sendo produzido e proposto no cenário internacional ocidental.

Ao se tratar da representatividade latino-americana em relação à autoria das publicações na pesquisa tem-se que, como apresentado no último capítulo, apenas quatro dos trinta e dois (12,5%) periódicos selecionados pela metodologia são oriundos da região, além disso, se fossem retiradas as revistas adicionadas pelo critério número III da seleção – critério criado especificamente para aumentar a representatividade regional – sobrariam apenas dois periódicos latino-americanos. A baixa expressividade também é demonstrada na taxa de autores cuja instituição de pesquisa situa-se na América Latina, os quais somam apenas quatro dos oitenta e sete autores contribuintes (4,59%).

Esse elemento da não-representatividade possui raízes na divisão intelectual internacional consolidada durante a história e que não se apresenta de forma distinta na área de Relações Internacionais. Hoffman (1977) já afirmava que as Relações Internacionais era uma ciência estadunidense e Smtih (2000), revisitando essa assertiva, argumenta que depois de todos os anos passados pouca coisa mudara e que a concentração da produção considerada relevante ainda permanecia focalizada nos EUA, sendo seguida pela Grã-Bretanha, segunda maior em expressividade, confirmando o que foi denominado por Holst (1985) de condomínio britânico-americano. Os números dessa pesquisa não dizem o contrário, já que o montante de autores vinculados a instituições desses Estados representam 71,26% do total de autores

contribuintes (sessenta e dois autores dos oitenta e sete apresentados – trinta e nove dos EUA e vinte e três da Grã-Bretanha).

O reflexo recebido na América Latina devido ao domínio acima alegado foi estudado por Tickner, Cepada e Bernal (2013). A partir de entrevistas com profissionais da área de Relações Internacionais nos Estados da Argentina, Brasil, Colômbia e México, os autores observaram uma valoração da ciência do norte em detrimento da ciência local. Destacou-se que os profissionais latino-americanos acreditam que os melhores doutorados estão nos EUA e que participar de tais programas possui maior valor para a carreira profissional que programas de outras localidades. As revistas de maior reconhecimento na região também são oriundas dos EUA e é quase ínfima a troca de reconhecimento entre os Estados latinos a respeito das revistas locais. Além dos periódicos, os autores regionais não são legitimados enquanto impactantes das Relações Internacionais, cabendo esses postos aos autores estadunidenses e em menor medida britânicos.

Essas características levantadas trazem consequências relevantes para a produção latino-americana. A dominância acadêmica estadunidense implica em uma dominância metodológica, ontológica e epistemológica para área (SMITH, 2000). O conhecimento assume uma relação vertical entre o norte e o sul global, em que o norte apresenta-se enquanto produtor e exportador de teorias e conceitos, as quais são adotadas pelo sul sem que haja possibilidade para adaptações, pois isso traria perda de valor científico para as mesmas. Entretanto, o processo inverso não ocorre já que o que se produz no sul dificilmente é aceito e levado em consideração na produção científica do norte (GROSFOGUEL, 2008 apud. LEWIS, FRABRÍCIO e PINTO, 2014).

Devido à baixa expressividade das produções regionais, torna-se difícil estabelecer se a América Latina segue ou não o padrão produtivo das regiões centrais a respeito dos Estudos Queer Globais encontrados na Ciência Política e Relações Internacionais. Pode-se apenas indicar comparações entre as variáveis temáticas, teóricas e epistemológicas destacadas nesse trabalho, a fim de tomar conhecimento daquilo que vem sendo produzido.

De todos os artigos analisados, três são oriundos do Brasil (COLLING, 2014; FERNANDES, 2015; FRANÇA 2017) e um da Colômbia (JURADO, 2017). O Brasil, portanto, desponta na medida do possível enquanto pioneiro na região perante os demais Estados. Nota-se a ausência da Argentina nas produções, o que não era de se esperar do Estado pioneiro nas questões de sexualidade e de gênero na região, sendo o primeiro a ter um

movimento homossexual organizado na década de 1960 e se apresentando bastante promissor na promoção dos direito LGBTI nas últimas décadas.

Percebe-se, também, que todos os textos de origem latino-americana foram publicados há menos de cinco anos, sendo a primeira produção encontrada do ano de 2014. Observando o “Gráfico 1 - Progressão dos Estudos Queer Globais nas RI” nota-se que a produção regional inicia-se justamente no período de maior concentração da produção global, já que durante os anos de 2014 a 2017 foram registradas 59,4% das produções totais. Os anos de publicação dos artigos demonstram que o esforço regional nos Estudos Queer Globais nas RI é ainda mais recente que o do restante da pesquisa, que apresenta publicações desde 1995, mas que inicia sua projeção em maior volume a partir de 2007.

Tratando-se especificamente da temática trazida pelos artigos latino-americanos, tem-se que dois deles se concentram no eixo da Ação Coletiva (COLLING, 2014; FERNANDES, 2015). Colling (2014) busca diferenciar e destacar os embates entre o ativismo *queer* e movimento LGBT tradicional usando como estudo de caso os exemplos chileno e português. Já Fernandes (2015), que também compara casos, analisa os distintos formatos de ação do ativismo homossexual indígena estadunidense e brasileiro. Essas produções correspondem a 33,3% dos artigos sobre o tema, o que, ainda que os números não permitam conclusões devido à pequena amostra adquirida, leva à reflexão sobre a importância da temática para a região. Se pensarmos nos números totais das temáticas, metade do produzido pela América Latina está situado no eixo que ocupa apenas a quarta colocação na distribuição temática dos artigos totais, juntamente com o tema do Orientalismo e Colonialismo.

O texto de Jurado (2015) segue o tema de maior presença neste trabalho, o da Criação, Manutenção, Difusão e Impacto da Norma. O autor busca compreender o processo global de difusão transnacional da norma de identidade de gênero a partir do desenvolvimento da Lei de Identidade de Gênero argentina no ano de 2012. O trabalho é inovador, pois de todos os artigos analisados é o único a tratar da norma de identidade de gênero – e um dos poucos a incluir no escopo analítico as identidades transgênero, ao lado de Sabatello (2011) e Travis (2014) – enquanto os demais textos que analisam a difusão da norma mantém o foco nas legislações que dizem respeito à orientação sexual.

Por fim, o último e mais recente artigo, de autoria de França (2017), dedica-se à temática da Imigração e Refugiados. A autora é a única em todo o trabalho que possui enquanto objeto o conceito de refugiado, buscando estabelecer articulações entre direitos

sexuais e direito ao refúgio através de uma pesquisa de campo realizada na Espanha e no Brasil.

Dos quatro textos, percebe-se, portanto, que apenas um faz parte do grupo temático dominante, estando outros três em eixos de menor expressão. Interessante destacar também que todos os textos usam como estudo de caso ao menos um Estado da região, não excluindo o valor do local de enunciação de suas pesquisas. Ressalta-se também que, excetuando-se o texto de Jurado (2015) que não compara dois casos, os outros três textos escolheram enquanto objeto de comparação casos do norte global, estabelecendo um confronto entre as similaridades e diferenças entre as duas regiões do globo.

Quando se olha para a variável teórica percebe-se que dois textos são identificados enquanto construtivistas (FERNANDES, 2015; JURADO, 2015) – corrente em maior número na pesquisa – e nos outros dois não se foi capaz de identificar uma filiação teórica clara (COLLING, 2014; FRANÇA, 2017). Nota-se que nessas poucas produções, nenhuma adotou a perspectiva pós-colonial, a qual possui de certa forma uma conexão empírica com o sul global, e consequentemente com a região latino-americana. Já na variável epistemológica, o positivismo foi mais relevante, estando presente em três dos quatro textos (COLLING, 2014; FERNANDES, 2015; JURADO, 2015).

Mudando de perspectiva, pode-se pensar também a América-latina enquanto objeto de estudo das produções analisadas nessa pesquisa. De todos os artigos selecionados para o mapeamento, vinte e quatro deles apresentam ao menos um ator latino-americano em seu escopo de investigação, representando, portanto, 34,7% do total. Entretanto, dessas vinte e quatro pesquisas, treze estão propondo uma análise global de determinada variável, sendo os atores latino-americanos apenas uma parte em meio a número maior de atores analisados⁵. Tais produções são de grande valor, pois possibilitam a comparação entre as diferentes regiões do mundo e destacam os casos mais expressivos e destoantes dos padrões encontrados.

Contudo, apesar de relevantes, as pesquisas de nível global, por não se proporem a isso, não fornecem grandes reflexões específicas sobre a América Latina, diferente das outras

⁵ Roberts (1995); Frank e Mcneaney (1999); Kollman (2007); Andersen e Fetner (2008); Asal, Sommer e Harwood (2012); Sommer e Asal (2012); Reynolds (2013); Han e O'Mahoney (2014); Encarnación (2014); Ayub e Garretson (2016); Berggren, Bjørnskov e Nilsson (2016); Inglehart, Ponarin e Inglehart (2017); Lee e Ostergard (2017).

onze produções⁶. Como já citado acima, quatro delas são produções locais e das sete restantes, seis são produções estadunidenses, demonstrando a concentração do interesse pela região. Aprofundando esse exercício de focalizar na região, se selecionarmos apenas os artigos que os objetos são exclusivamente atores latinos, restam apenas cinco textos, todos produzidos fora da América Latina. Dois estudam a questão de imigrantes latinos nos Estados Unidos (HOWE, ZARAYSKY E LORENTZEN, 2008; EPSTEIN E CARRILLO, 2014), outro as legislações sobre uniões homoafetivas em Buenos Aires e na Cidade do México (DÍEZ, 2013), um posterior analisa a postura da esquerda latino-americana em relação aos direitos LGBTI (FRIEDMAN, 2009) e um último, e talvez o abrangente, estuda a evolução dos direitos homossexuais na região latino-americana ao longo da história (ENCARNACIÓN, 2011).

A partir das informações apresentadas, depreende-se alguns entendimentos sobre o local da América Latina nos Estudos Queer Globais presentes nas RI. Como dito, todo o campo é relativamente novo, porém, a região iniciou a produção sobre a temática *queer* muito mais recentemente em comparação com o norte global. A região latino-americana ainda tem pouco destaque nos números de produções, contudo, ao ser entendida enquanto objeto de análise mostra-se presente em um número expressivo de pesquisas.

Essa baixa expressividade tem suas bases em dois fatores complementares: a dominância estadunidense na academia de RI e o desenvolvimento tardio da área na região. Como apontado no primeiro capítulo, a disciplina de Relações Internacionais nasce na Grã-Bretanha, mas se consolida nos Estados Unidos da América, devido ao contexto vivido por essa nação no momento em que a disciplina despontava. Os EUA viam, no período do entre guerras, uma explosão das ciências sociais, associado à circunstância política de ocupar o lugar de liderança no sistema internacional, favorecendo a produção no nível analítico global, por fim, o Estado promoveu oportunidades institucionais para o crescimento da ciência à época a fim de abastecer seus interesses a respeito do poder global (HOFFMAN, 1977). Esses fatores geraram, ao longo do tempo, uma preponderância numérica na quantidade de instituições dedicadas aos estudos internacionais, refletindo, consequentemente, no número atual de programas de pesquisa, pesquisadores e periódicos norte-americanos.

⁶ Howe, Zaraysky e Lorentzen (2008); Friedman (2009); Encarnación (2011); Díez (2013); Epstein e Carrillo (2014); Colling (2014); Fernandes (2015); Jurado (2015); Sjoberg (2016); Selbin (2016); França (2017).

Na América Latina, contudo, as condições de formação das Relações Internacionais se deram de formas diferentes. Adotando o Brasil como exemplo, vê-se que o primeiro programa de Relações Internacionais surge apenas na década de 1970, na Universidade Federal de Brasília. Somente na década de 1990, surge na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo o segundo programa, sendo seguido posteriormente pelo surgimento de uma série de cursos da área (FERREIRA, 2015). Nota-se, portanto, que as características históricas de desenvolvimento da disciplina em cada região reverberam nos números das produções encontradas na atualidade, sendo natural que os Estados Unidos apresentem grande concentração nas produções e que a América Latina ainda esteja em um patamar relativamente inicial na atividade científica.

Entendendo o contexto da América Latina nos Estudos Queer Globais questiona-se quais as possibilidades futuras desses estudos para a região? Seguindo a dinâmica internacional que perguntas surgem e que pesquisas podem ser desenvolvidas no/para o âmbito latino-americano? Que possíveis problemas para a região poderiam surgir a partir da agenda ocidental demonstrada no mapeamento aqui apresentado? Quais debates teóricos e empíricos os resultados dessa pesquisa trazem para a academia de RI local?

O debate a respeito das normas é um dos primeiros que surge quando se pensa em possibilidades de pesquisas em Estudos Queer Globais nas Relações Internacionais. Desde o processo de democratização da região, iniciados de forma geral na década de 1980, vê-se a proliferação de organizações em prol da defesa dos direitos LGBTI, as quais com o tempo, assim como no restante do ocidente, fortaleceram suas redes de contato e mobilização. Além da atuação doméstica, os diferentes grupos coletivos passaram a trabalhar também no nível transnacional, inclusive de forma institucionalizada, como, por exemplo, através do escritório regional para América Latina e Caribe da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* (ILGA), denominado ILGA-LAC, o qual hoje conta com a associação de mais de 250 instituições membros de todos os países da região. Através dessa rede as organizações adquiriam inclusive acesso a organismos internacionais no continente, como, por exemplo, a Organização dos Estados Americanos (OEA), principalmente no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Durante os anos 90, o Movimento LGBTI na América Latina conquistou gradualmente algumas de suas demandas perante os Estados e organismos internacionais, mas é a partir dos anos 2000 que se pode observar uma melhora expressiva em matéria de legislação de Direitos LGBTI na região. Em 2008, a Assembleia Geral da OEA daria a sua

primeira declaração em concordância com a necessidade de se discutir a proteção das pessoas LGBTI, sendo seguida anualmente, até 2014, por uma série de resoluções que gradualmente se aprofundavam nos esforços para a garantia dos Direitos LGBTI. Ainda em 2008, a Corte IDH proferia sua primeira sentença em matéria de direitos relacionados à orientação sexual, além dos diferentes estudos e informes movidos pela CIDH também no período.

No âmbito nacional, diversas foram as mudanças legais garantidas pela rede, tendo destaque uma aparente onda de legalizações de Uniões Homoafetivas (matrimônio, união estável ou qualquer outro semelhante) entre os Estados-nacionais da região. Em 2009, a Colômbia foi o primeiro país latino-americano a estabelecer a legalidade de uniões homoafetivas a nível federal, seguido pelo Equador no mesmo ano, Argentina em 2010, Brasil em 2011 (união estável) e 2013 (matrimônio), assim como Costa Rica e Uruguai também em 2013 (INTERNATIONAL LESBIAN GAY BISEXUAL TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION, 2016).

Esse contexto fornece uma série de perguntas ainda não analisadas pela academia de Relações Internacionais. Primeiramente, como se dá o processo de atuação transnacional das redes latino-americanas e como tais organizações mobilizam o discurso de direitos humanos perante as instituições internacionais e os Estados? Os atores seguem ou adaptam os padrões de *advocacy* utilizados em outras regiões – como o da rede europeia empregue perante a União Europeia – ou a agenda de mobilização regional é singular? Como é a relação de acesso das redes LGBTI nas instituições regionais, como a Organização dos Estados Americanos?

Ainda no âmbito das normas, pode-se observar certa sequencialidade temporal na adoção de legislações pró-LGBTI, como a sobre uniões estáveis acima apresentadas. Surgem, então, perguntas como: há uma relação de influencia interestatal nesse processo de desenvolvimento normativo ou não? De que forma os Estados da região são coagidos pelo sistema internacional e regional a aderir a uma agenda de direitos humanos que englobe as questões de orientação sexual e identidade de gênero? Quais os interesses estatais em mobilizar tal agenda de debate?

Ao observarmos a região da América Latina como um todo, percebe-se grande diferença entre a América do Sul – podendo incluir também o México nesse grupo – e a América Central a respeito da aceitação legal da população LGBTI. Enquanto na América do Sul percebe-se um desenvolvimento promissor em relação a normas que proíbam a discriminação, que permitam a união estável homoafetiva e até mesmo adoções por casais do

mesmo sexo – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Uruguai são nações que adotam ao menos uma dessas legislações - a América Central uma quantidade expressiva de Estados – Antígua e Barbuda, Barbados, Belize, Granada, Guiana, Jamaica, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago – que ainda mantém legislações que criminalizam as identidades destoantes da norma cisgênera e heterossexual, principalmente através das leis anti-sodomia (INTERNATIONAL LESBIAN GAY BISEXUAL TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION, 2016). A partir dessas informações questiona-se: que fatores internos e externos a esses Estados influenciam nessa diferença de tratamento para com a população LGBTI?

O construtivismo mostrou-se um das vertentes principais a contribuir para as questões de criação, manutenção e difusão da norma. Nos trabalhos observados ele fornece ferramentas para compreender os fenômenos internacionais que contém relações entre diferentes variáveis e atores de níveis distintos. Sua metodologia colabora para que se possa entender a construção das etapas de cada fenômeno, destacando as dinâmicas dos atores e da norma em seu processo de estabelecimento/desenvolvimento a fim de determinar possibilidades e limites na luta pelos direitos.

O destaque do construtivismo, contudo, traz consigo modelos de pesquisa e conceitos que são problematizados por teorias como ao Pós-colonialismo e a Teoria Queer. Esse debate teórico e conceitual por eles levantados é diretamente relevante para a região latino-americana, pois questiona tanto as agendas de direitos sustentadas pelos estudos, quanto às estruturas científicas tradicionais do norte que são absorvidas pela região.

No primeiro capítulo dessa Dissertação discutiu-se como a promoção dos direitos LGBTI enquanto direitos humanos vêm sendo mobilizados em torno de identidades sexuais e de gênero fixas e universais e quais os problemas da propagação desse modelo para as localidades não ocidentais. A Teoria Queer questiona o modelo baseado na identidade, pois esse limita as possibilidades sexuais e de gênero, que para eles são características fluidas no ser humano, a um número específico de identidades. Ao criar tais categorias os indivíduos que não se identificam com elas são excluídos e hierarquizados no sistema de direitos. A perspectiva pós-colonial assume uma posição similar à Teoria Queer ao problematizar o sistema binário moderno de identidade de gênero (homem-mulher) e sexual (heterossexual-homossexual) nascido no ocidente e difundido pelo mundo através dos processos de colonização.

A questão a ser analisada a partir das críticas trazidas pela Teoria Queer e pelo Pós-Colonialismo diz respeito sobre os limites que uma perspectiva identitária ocidental pode apresentar ao analisar uma região com condições distintas das dos países centrais, como o caso da América Latina, moldada pelas heranças coloniais e situada na periferia do globo. Encontra-se na região uma sociedade cujo pensamento político e social está arraigado nos ideais colonizadores europeus, os quais hierarquizaram o globo através da interseção entre a masculinidade dominante, a superioridade racial e as diferenças econômicas caracterizadas pelo conceito ocidental de desenvolvimento.

De acordo com Quijano (1992) as diferenciações de raça são mantenedoras das hierarquias que dão base ao colonialismo, o qual é parte integrante do projeto capitalista global. Lugones (2008) argumenta que as questões de gênero são também centrais na construção desse sistema ocidental, ampliando o debate de Quijano (1992), ao colocar não só a raça, mas também o gênero, enquanto sustentáculo das hierarquias coloniais. Desta forma, gênero, raça, sexualidade e classe não podem ser estudados de forma desassociada na América Latina e, portanto, não cabem nas identidades estáticas promovidas pelos direitos humanos ocidentais. Destaca-se aqui, a importância dos Estudos Queer Globais levarem em consideração tais consequências da colonialidade para uma população LGBTI distinta das demais localidades.

Ao tratar de direitos civis – matrimônio e adoção de casais do mesmo sexo – a agenda ocidental não leva em consideração, por exemplo, a principal característica da América Latina, a de ser a região mais violenta do globo para a população LGBTI. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), no ano de 2013, foram assassinados 312 lésbicas, gays, transexuais ou travestis, no Brasil, o que corresponde à taxa de um crime a cada 28h e que coloca o país enquanto o campeão mundial em mortes motivadas por LGBTfobia, possuindo 40% de todos os crimes contabilizados no mundo. Trazendo apenas a população transexual, que em proporção estima-se ser muito menor que a população gay e lésbica, os dados são também alarmantes. Segundo o relatório do projeto Trans Respect versus Transphobia (2014), da organização Transgender Europe, entre janeiro de 2008 e setembro de 2014, foram registrados no mundo 1612 assassinatos de pessoas transexuais, dos quais 1267 (78,59%) estão localizados nos Estados da América Latina e do Caribe, 644 (39,95%) somente no Brasil – 39,95% dos números globais e 50,82% dos números latino-americanos.

Indica-se aqui, portanto, que além da perspectiva construtivista, as pesquisas futuras dos Estudos Queer Globais para a região levem em consideração as críticas trazidas

pela Teoria Queer e pelo Pós-colonialismo, pois ambas trazem reflexões úteis ao sul global, não apenas no que tange os direitos humanos, mas também a respeito da academia de Relações Internacionais. Ambas as vertentes, como debatido no primeiro capítulo, questionam os padrões estabelecidos e mantidos pelas RI tradicionais e que acabam por excluir diversas temáticas, teorias, metodologias e epistemológicas daquilo que se entende enquanto ciência na área, incluindo grande parte dos Estudos Queer Globais. É necessário refletir, entretanto, que apesar das conexões entre ambas as teorias e a possibilidade real de cooperação para o desenvolvimento dos Estudos Queer Globais e para a transformação das Relações Internacionais, algumas ressalvas devem ser feitas em relação à Teoria Queer ao se pensar a América Latina.

Como o próprio nome em língua inglesa indica, a Teoria Queer, assim como o ativismo *queer* ocidental, tem suas bases no norte global, mais especificamente nos campos acadêmicos estadunidenses. Lewis et al (2014), pensando no sul global, reuniram uma série de produções a fim de estabelecer uma crítica *queer* pós-colonial à atual produção e circulação de conhecimento *queer* através do eixo norte-sul. Essa crítica surge porque, apesar de questionar as diversas dinâmicas e estruturas de poder que permeiam a sociedade, os teóricos *queer* não levam em consideração a importância da dinâmica da geopolítica do conhecimento.

De acordo Miskolci (2014), a Teoria Queer estadunidense, seguindo a lógica imperial de difusão de conhecimento, não dialoga com as produções *queer* do sul global, conservando-se em uma posição de privilégio na produção de conhecimento e invisibilizando vozes subalternizadas. O autor destaca que a América Latina, apesar de já desenvolver estudos *queer*, parte em sua maioria de leituras da Teoria Queer “branca”, porém acrescenta que devido à sensibilidade da região às questões étnicas e raciais, aos poucos os latino-americanos se aproximam da produção que vem sendo desenvolvida nos EUA denominada *Queer of Color Critique*. Essa corrente busca levantar as dominâncias de poder relativas à raça presentes na produção *queer* e seus autores argumentam que suas produções podem fornecer contribuições para a América Latina superar problemáticas em relação à Teoria Queer “branca”. Contudo, o processo inverso, de que o *queer* latino também pode fornecer importantes contribuições para o *Queer of Color Critique*, não ocorre, reforçando a deficiência da academia *queer* do norte em questionar as hierarquias de poder no conhecimento entre norte e sul global.

Uma das características da dominância estadunidense está na circulação de conceitos através da subjetividade da linguagem carregada pelo idioma. A palavra *queer*, por ser em inglês, carrega consigo significados e subjetividades próprias, não condizentes com a realidade latina, além de fazer parte da dinâmica do conhecimento que privilegia a língua inglesa enquanto forma dominante de circulação da ciência. A fim de ressaltar a importância do desenvolvimento de uma epistemologia própria, Pelúcio (2014) ensaia a concepção de uma teoria latino-americana sob o nome de Teoria Cu. Resgatando o imaginário colonial dicotômico entre centro-periferia a autora recorre à expressão “cu do mundo”, que está relacionada às regiões que não são centrais no globo, detentoras do desenvolvimento, da ciência e, em uma lógica binária, a cabeça do mundo. Além disso, para ela a palavra cu exerce a mesma função que o *queer* ao desestabilizar as normas sociais ressignificando uma palavra considerada imprópria, ofensiva, vulgar.

Os acadêmicos precisam reconhecer que os Estados Unidos ocupa um lugar de privilégio no campo; que há um processo de racialização na produção e circulação de conhecimento no sul; e que o diálogo norte-sul deve ser feito de forma horizontal, reconhecendo-se também o sul enquanto produtor de conhecimento e não somente receptor (MISKOLCI, 2014). Para que isso aconteça, é preciso que a academia latino-americana explore de forma ativa as porosidades da geopolítica do conhecimento e desenvolva uma epistemologia própria e não-colonial a respeito dos diferentes gêneros e sexualidades (PELÚCIO, 2014).

Dessa forma, percebe-se que os Estudos Queer Globais tem muito que caminhar nas Relações Internacionais como um todo, mais ainda mais na academia de RI latino-americana. Diversas são as possibilidades de estudo, principalmente a respeito das normas e da agenda de direitos humanos que é propagado pelo através do sistema internacional. Contudo, ressalta-se a importância de se estabelecer uma produção que leve em consideração as especificidades locais e que desenvolva conceitos próprios sobre o entendimento regional.

Considerações Finais

As questões de sexualidade e identidade de gênero nunca na história global tiveram tanto destaque quanto na sociedade contemporânea. Percebe-se que o assunto não mais pertence à esfera privada individual e que no último século adquiriu caráter público, principalmente através da criação e desenvolvimento de grupos organizados com o intuito de trazer para o debate político-social demandas relacionadas às suas respectivas identidades sexuais e de gênero. Atrelada ao progresso dos Direitos Humanos enquanto agenda política nacional e internacional, em grande parte promovida pelas diferentes redes transnacionais de *advocacy*, a temática da orientação sexual e identidade de gênero chegam, nos últimos anos, aos cenários políticos internacionais, principalmente através das Instituições Internacionais.

Como se viu nesse trabalho, esse novo contexto de desenvolvimento dos regimes internacionais e regionais de direitos humanos, fortalecido pelo progresso ideológico neoliberal e pela intensificação globalização, influenciou a comunidade acadêmica a pensar as novas questões que surgiam tanto para dos Direitos Humanos, quanto para as questões de orientação sexual e identidade de gênero. Percebe-se que com o destaque adquirido pelo debate de direitos sexuais e de gênero, passaram a despontar perguntas relacionadas a outras áreas de pesquisa que não a dos Direitos Humanos, como temas de segurança internacional, formação Estatal e identidade nacional, migração e política externa. Nessa pesquisa chamamos tais pesquisas de Estudos Queer Globais, os quais, apenas de interdisciplinares, são intimamente e intimamente relacionados aos temas da área de Relações Internacionais.

Apesar dessa relação, pouco se discute nas RI a presença e a importância dos Estudos Queer Globais, fornecendo uma imagem de não existência desse grupo na área, como apontado por Weber (2014a). Nessa Dissertação, somou-se esforços para demonstrar que tais estudos estão presentes nas RI, organizando um mapeamento das produções que compõem os Estudos Queer Globais e que foram publicadas em uma série de periódicos da área de Ciência Política e Relações Internacionais nos últimos 25 anos. Buscou-se estabelecer uma narrativa a respeito das origens dos Estudos Queer Globais, dos principais debates travados por eles nas RI e as reflexões que esses desenvolvimentos podem trazer para a região latino-americana.

Percebe-se que no período de tempo adotado para essa pesquisa, os Estudos Queer Globais desenvolveram uma quantidade relevante de produções nas Relações Internacionais, concentrando-se principalmente entre os anos de 2007 e 2017. Buscou-se pelos Estudos Queer Globais em 120 periódicos da área, dos quais 22% apresentaram artigos inseridos nos critérios da pesquisa, somando, no total, sessenta e nove produções. Esses

números confirmam que tais estudos ainda possuem caráter inicial na área, o que para nós, ressalta a importância de cada vez mais construir narrativas que os classifiquem, os descrevam e os analisem, a fim de promover sua evolução.

A vinculação dos Estudos Queer Globais aos direitos humanos é comprovada quando se analisa a divisão temática dos artigos selecionados. Do total, aproximadamente 36% dos artigos tratam do tema da Criação, Manutenção, Difusão e Impactos da Norma, representando o maior eixo temático dos Estudos Queer Globais nas RI. Essas pesquisas, em sua maioria, vinculam-se a perspectivas teóricas construtivistas, teoria de maior representação no trabalho – cerca de 47% das produções.

Outras temáticas, contudo, mostraram-se relevantes para os Estudos Queer Globais. Tendo em vista o cenário de embate interno na academia de RI entre tais produções e as denominadas RI disciplinadoras, o segundo tema de maior representação nessa pesquisa é o da Teoria e Academia de Relações Internacionais, que compuseram 17% das publicações. A principal teoria que contribui para esse tema, por dedicar-se a estabelecer críticas quando ao modo que as RI se organizam teoricamente e academicamente, é a Teoria Queer, presente em 27% dos artigos. O pós-colonialismo também contribui para essa área, mas aparece em menor destaque nos resultados da pesquisa, representando 7% do total.

Um dos principais pontos de disputa da Teoria Queer e do Pós-colonialismo para com as RI disciplinadoras diz respeito às concepções epistemológicas positivistas tradicionais. É interessante notar, ao observar os resultados referentes à variável epistemológica, que há um relativo equilíbrio entre as duas concepções de ciência selecionadas, sendo o positivismo parte de 55% das produções, enquanto o pós-positivismo corresponde a 42%. Por não ser um tema tradicional, não surpreende que os Estudos Queer Globais não sejam dominados pelas concepções de ciência tradicionais. Entretanto, os números demonstram que as perspectivas pós-positivistas têm relativo reconhecimento pelas revistas da área, caberia, contudo, em outra análise verificar quais desses periódicos apresentam maior ou menor aceitação a respeito dessa perspectiva.

A fim de compreender a estrutura geográfica da produção dos Estudos Queer Globais para, assim, refletir sobre os possíveis locais latino-americanos nessa produção, foram analisado o local das instituições em que os autores apresentados encontravam-se associados. Partindo dessas informações, percebe-se que os Estudos Queer Globais seguem a dinâmica padrão de produção e de difusão do conhecimento nas Relações Internacionais,

estando majoritariamente concentrados nos países do norte global, em especial nos Estados Unidos, detentor de 44% dos autores contribuintes.

A divisão geográfica do conhecimento traz importantes reflexões para a produção a ser desenvolvida na América Latina. Tradicionalmente, norte e sul global dialogam sob uma perspectiva hierárquica de transmissão de teorias e conceitos, sendo o norte o produtor da ciência a ser absorvida pelo sul, sem que o mesmo ocorra no sentido inverso. Para os Estudos Queer Globais, obedecer a essa dinâmica na América Latina pode acarretar em custos analíticos e empíricos por desconsiderar realidades específicas da região, como por exemplo, na questão da promoção dos direitos humanos, em que uma agenda ocidental em prol de direitos civis é promulgada na região sem que haja considerações a respeito da situação política, social e econômica que moldam aqueles povos.

A produção *queer* latino-americana é ainda mais recente que a desenvolvida no norte global. Nesse momento, faz-se importante salientar a relevância de se pensar o *queer* na América Latina a partir de uma perspectiva própria, que tenham em conta a colonialidade histórica da região e que supera as estruturas de poder das relações norte e sul, não apenas no conhecimento em geral, mas também na academia de Relações Internacionais que desde sua origem é dominada pelos padrões de produção estadunidenses.

Referências

- ADAM, Barry; DUYVENDAK, Jan Willem; KROUWEL, Andre. **The global emergence of gay and lesbian politics: National imprints of a worldwide movement.** Temple University Press, 2009.
- ADORNO, Theodor W. et al. **The authoritarian personality.** Nova York: Harper & Row, 1950.
- AGATHANGELOU, A.M. Neoliberal Geopolitical Order and Value: Queerness as a Speculative Economy and Anti-Blackness as Terror. **International Feminist Journal of Politics:** 15(4), p. 453–476, 2013. <https://doi.org/10.1080/14616742.2013.841560>
- AMAR, Paul. **The Security Archipelago: human-security States, sexuality politics, and the end of neoliberalism.** Duke University Press, 2013.
- ANDERSEN, Robert; FETNER, Tina. Economic inequality and intolerance: Attitudes toward homosexuality in 35 democracies. **American Journal of Political Science,** v. 52, n. 4, p. 942-958, 2008. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2008.00352.x>
- ANDERSON, John. Conservative Christianity, the Global South and the battle over sexual orientation. **Third World Quarterly,** v. 32, n. 9, p. 1589-1605, 2011. <https://doi.org/10.1080/01436597.2011.618648>
- ASAL, Victor; SOMMER, Udi; HARWOOD, Paul G. Original sin: A cross-national study of the legality of homosexual acts. **Comparative Political Studies,** v. 46, n. 3, p. 320-351, 2013. <https://doi.org/10.1177/0010414012453693>
- ATLURI, Tara. The prerogative of the brave: Hijras and sexual citizenship after orientalism. **Citizenship Studies,** v. 16, n. 5-6, p. 721-736, 2012. <https://doi.org/10.1080/13621025.2012.698496>
- AYOUB, Phillip M. Contested norms in new-adopter states: International determinants of LGBT rights legislation. **European Journal of International Relations,** v. 21, n. 2, p. 293-322, 2015. <https://doi.org/10.1177/1354066114543335>
- AYOUB, Phillip M.; GARRETSON, Jeremiah. Getting the message out: Media context and global changes in attitudes toward homosexuality. **Comparative Political Studies,** v. 50, n. 8, p. 1055-1085, 2017. <https://doi.org/10.1177/0010414016666836>
- BAISLEY, Elizabeth. Reaching the Tipping Point?: Emerging International Human Rights Norms Pertaining to Sexual Orientation and Gender Identity. **Human Rights Quarterly,** v. 38, n. 1, p. 134-163, 2016. <https://doi.org/10.1353/hrq.2016.0009>
- BAKER, Catherine. The ‘gay Olympics’? The Eurovision song contest and the politics of LGBT/European belonging. **European Journal of International Relations,** v. 23, n. 1, p. 97-121, 2017. <https://doi.org/10.1177/1354066116633278>
- BELL, Mark. Shifting Conceptions of Sexual Discrimination at the Court of Justice: from P v S to Grant v SWT. **European Law Journal,** v. 5, n. 1, p. 63-81, 1999. <https://doi.org/10.1111/1468-0386.00066>
- BERGGREN, Niclas; BJØRNNSKOV, Christian; NILSSON, Therese. What aspects of society matter for the quality of life of a minority? Global evidence from the new gay happiness index. **Social Indicators Research,** v. 132, n. 3, p. 1163-1192, 2017. <https://doi.org/10.1007/s11205-016-1340-3>

BEZERRA, Ricardo dos S. **Discriminação Por Orientação Sexual Na Perspectiva Dos Direitos Humanos: Um Panorama Da Legislação, Jurisprudência E Ações Afirmativas No Brasil.** Universidade de Salamanca. Salamanca, 2011.

BOHLANDER, Michael. Criminalising LGBT persons under national criminal law and Article 7 (1)(h) and (3) of the ICC Statute. **Global Policy**, v. 5, n. 4, p. 401-414, 2014.

BORRILLO, Daniel. Por una teoría queer del derecho de las personas y las familias. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 39, 2014.

BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, Routledge, 1990.

COLLING, Leandro. PANTERAS E LOCAS DISSIDENTES: O ATIVISMO QUEER EM PORTUGAL E CHILE E SUAS TENSÕES COM O MOVIMENTO LGBT. **Lua Nova**, s/v, n. 93, p. 233-266, 2014.

DALACOURA, Katerina. Homosexuality as cultural battleground in the Middle East: culture and postcolonial international theory. **Third World Quarterly**, v. 35, n. 7, p. 1290-1306, 2014. <https://doi.org/10.1080/01436597.2014.926119>

DERRIDA, Jacques. **Speech and phenomena, and other essays on Husserl's theory of signs**. Northwestern University Press, 1973.

DÍEZ, Jordi. Explaining policy outcomes: the adoption of same-sex unions in Buenos Aires and Mexico City. **Comparative Political Studies**, v. 46, n. 2, p. 212-235, 2013. <https://doi.org/10.1177/0010414012453035>

DOEBLER, Stefanie. Relationships between religion and two forms of homonegativity in Europe—A multilevel analysis of effects of believing, belonging and religious practice. **PloS one**, v. 10, n. 8, p. e0133538, 2015. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0133538>

DUNN, Kevin. The Pedagogical Power of a Lavender Dildo: Teaching Cindy Weber's Faking It to American Undergraduates. **Millennium**, v. 45, n. 1, p. 113-118, 2016. <https://doi.org/10.1177/0305829816659980>

ENCARNACIÓN, Omar G. Latin America's gay rights revolution. **Journal of Democracy**, v. 22, n. 2, p. 104-118, 2011. <https://doi.org/10.1353/jod.2011.0029>

_____, Omar G. Gay rights: Why democracy matters. **Journal of Democracy**, v. 25, n. 3, p. 90-104, 2014. <https://doi.org/10.1353/jod.2014.0044>

ENG et al. Introduction: What is queer about queer studies now? In. ENG at al (org). **Social Text 84-85: What is queer about queer studies now?** Duke University Press Books, 2005.

EPSTEIN, Steven; CARRILLO, Héctor. Immigrant sexual citizenship: intersectional templates among Mexican gay immigrants to the USA. **Citizenship studies**, v. 18, n. 3-4, p. 259-276, 2014. <https://doi.org/10.1080/13621025.2014.905266>

FERNANDES, Estevão Rafael. Ativismo homossexual indígena: uma análise comparativa entre Brasil e América do Norte. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 1, 2015.

FERREIRA, Marcos Alan S. V.. The Rise of International Relations Programs in the Brazilian Federal Universities: Curriculum Specificities and Current Challenges. **Journal of Political Science Education**, v.12, n. 3, 2016.

FIGARI, Carlos, El movimiento LGBT en América Latina: institucionalizaciones oblicuas. **Movilizaciones, protestas e identidades colectivas en la Argentina del bicentenario**. Buenos Aires: Nueva Trilce. 2010, p. 225-240.

- FORTIER, Anne-Marie. What's the big deal? Naturalisation and the politics of desire. **Citizenship Studies**, v. 17, n. 6-7, p. 697-711, 2013. <https://doi.org/10.1080/13621025.2013.780761>
- FOUCAULT, Michel. **The History of Sexuality, Vol 1: An Introduction**. Trans. Robert Hurley. London: Penguin, 1976.
- FRANÇA, Isadora Lins. “Refugiados LGBTI”: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. **cadernos pagu**, n. 50, 2018.
- FRANK, David John; MCENEANEY, Elizabeth H. The individualization of society and the liberalization of state policies on same-sex sexual relations, 1984–1995. **Social Forces**, v. 77, n. 3, p. 911-943, 1999. <https://doi.org/10.1093/sf/77.3.911>
- FRIEDMAN, Elisabeth Jay. Gender, sexuality and the Latin American left: Testing the transformation. **Third World Quarterly**, v. 30, n. 2, p. 415-433, 2009. <https://doi.org/10.1080/01436590802681132>
- GAMSON, William A. **The strategy of social protest**. Dorsey Press, 1975.
- GROSS, Aeyal. Post/Colonial Queer Globalisation and International Human Rights: Images of LGBT Rights. **Jindal Global Law Review**, V. 4, 2, Nov. 2013.
- GROSSMAN, Guy. Renewalist Christianity and the political saliency of LGBTs: Theory and evidence from Sub-Saharan Africa. **The Journal of Politics**, v. 77, n. 2, p. 337-351, 2015. <https://doi.org/10.1086/679596>
- GRUNDY, John; SMITH, Miriam. The politics of multiscalar citizenship: the case of lesbian and gay organizing in Canada. **Citizenship Studies**, v. 9, n. 4, p. 389-404, 2005. <https://doi.org/10.1080/13621020500211388>
- GRUPO GAY DA BAHIA. MOTT, Luiz (org.). **Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2013/2014**. Bahia, 2014.
- HAGEN, Jamie J. Queering women, peace and security. **International Affairs**, v. 92, n. 2, p. 313-332, 2016. <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12551>
- HAN, Enze; O'MAHONEY, Joseph. British colonialism and the criminalization of homosexuality. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 27, n. 2, p. 268-288, 2014. <https://doi.org/10.1080/09557571.2013.867298>
- HELFER, Laurence R.; VOETEN, Erik. International courts as agents of legal change: Evidence from LGBT rights in Europe. **International Organization**, v. 68, n. 1, p. 77-110, 2014. <https://doi.org/10.1017/S0020818313000398>
- HILDEBRANDT, Timothy. Same-sex marriage in China? The strategic promulgation of a progressive policy and its impact on LGBT activism. **Review of International Studies**, v. 37, n. 3, p. 1313-1333, 2011. <https://doi.org/10.1017/S026021051000080X>
- HOFFMANN, Stanley. An American social science: international relations. **Daedalus**, p. 41-60, 1977.
- HOLSTI, Kalevi Jaakko. **The dividing discipline: hegemony and diversity in international theory**. Taylor & Francis, 1985.
- HOWE, Cymene; ZARAYSKY, Susanna; LORENTZEN, Lois. Transgender sex workers and sexual transmigration between Guadalajara and San Francisco. **Latin American Perspectives**, v. 35, n. 1, p. 31-50, 2008. <https://doi.org/10.1177/0094582X07310956>

- INGLEHART, Ronald F.; PONARIN, Eduard; INGLEHART, Ronald C. Cultural change, slow and fast: The distinctive trajectory of norms governing gender equality and sexual orientation. **Social Forces**, v. 95, n. 4, p. 1313-1340, 2017.
- INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEX, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION. **Annual Report**. Genebra, 2010.
- _____. **Annual Report**. Bruxelas, 2010.
- _____. **Annual Report: strengthening each other**. Genebra, 2016.
- JESUS, Diego Santos Vieira. Bravos Novos Mundo: uma leitura pós-colonialista sobre masculinidades ocidentais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011.
- JURADO, Daniel. Extendiendo el derecho a todos los derechos: la difusión transnacional del reconocimiento legal de la identidad de género. **Colombia Internacional**, n. 87, 2016.
- KALLEN, Evelyn. Gay and Lesbian rights issues: A comparative analysis of Sydney, Australia and Toronto, Canada. **Human Rights Quarterly**, v. 18, n. 1, p. 206-223, 1996. <https://doi.org/10.1353/hrq.1996.0008>
- KAPOOR, Ilan. The queer Third World. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 9, p. 1611-1628, 2015. <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1058148>
- KECK, Margareth E.; SIKKINK, Kathryn. Activists Beyond Borders. Advocacy Networks in International Politics. Ithaca e Londres. **Cornell University Press**. 1998.
- KOLLMAN, Kelly. Same-Sex Unions: The Globalization of an Idea. **International Studies Quarterly**, v. 51, n. 2, p. 329-357, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2478.2007.00454.x>
- _____, Kelly. European institutions, transnational networks and national same-sex unions policy: when soft law hits harder. **Contemporary Politics**. Vol. 15, No. 1, pages 37-53, 2009. <https://doi.org/10.1080/13569770802674204>
- _____, Kelly. LGBT Rights: From Queers to Humans. **The International Studies Encyclopedia**. Denemark, Robert A., Blackwell Publishing, 2010.
- KOLLMAN, Kelly; WAITES, Matthew. The global politics of lesbian, gay, bisexual and transgender human rights: an introduction. **Contemporary Politics**, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2009. <https://doi.org/10.1080/13569770802674188>
- KUWALI, Dan. Battle for sex?: Protecting sexual (ity) rights in Africa. **Human Rights Quarterly**, v. 36, n. 1, p. 22-60, 2014. <https://doi.org/10.1353/hrq.2014.0001>
- LANGLOIS, Anthony J. A Fake and a Hysteric: the Captain of Team Australia. **Millennium**, v. 45, n. 1, p. 98-104, 2016a. <https://doi.org/10.1177/0305829816659972>
- _____, Anthony J. International Relations Theory and Global Sexuality Politics. **Politics**, v. 36, n. 4, p. 385-399, 2016b. <https://doi.org/10.1111/1467-9256.12108>
- LEE, Chelsea; OSTERGARD JR, Robert L. Measuring Discrimination Against LGBTQ People: A Cross-National Analysis. **Human Rights Quarterly**, v. 39, n. 1, p. 37-72, 2017. <https://doi.org/10.1353/hrq.2017.0001>
- LEWIS et al. Introduction: A Queer Postcolonial Critique of (Queer) Knowledge Production and Activism. In: BORBA et al (orgs.). **Queering Praradigms IV: Southnorth Dialogues on Queer Epistemologies, Embodiments and Activism**. Bern: Peter Lang AG International Academics Publishers, 2014, p. 1-10.
- LIND, Amy. "Out" in International Relations: Why Queer Visibility Matters. **International Studies Review**, v. 16, n. 4, p. 601-604, 2014. <https://doi.org/10.1111/misr.12184>

- LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.
- MANCHANDA, Nivi. Queering the Pashtun: Afghan sexuality in the homo-nationalist imaginary. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 1, p. 130-146, 2015. <https://doi.org/10.1080/01436597.2014.974378>
- MELUCCI, Alberto. The new social movements: A theoretical approach. **Information (International Social Science Council)**, v. 19, n. 2, p. 199-226, 1980.
- _____, Alberto. **Nomads of the present: Social movements and individual needs in contemporary society**. Vintage, 1989.
- MISKOLCI, Richard. Queering the Geopolitics of Knowledge. In: BORBA et al (orgs.). **Queering Praradigms IV: South-north Dialogues on Queer Epistemologies, Embodiments and Activism**. Bern: Peter Lang AG International Academics Publishers, 2014, p. 13-30.
- NAYAK, Meghana. Thinking About Queer International Relations' Allies. **International Studies Review**, v. 16, n. 4, p. 615-622, 2014. <https://doi.org/10.1111/misr.12188>
- OBERSCHALL, Anthony. **Social conflict and social movements**. Prentice Hall, 1973.
- OWENS, Patricia. Torture, sex and military orientalism. **Third World Quarterly**, v. 31, n. 7, p. 1041-1056, 2010. <https://doi.org/10.1080/01436597.2010.518790>
- PELÚCIO, Larissa. Possible Appropriations and Necessary Provocations for a Teoria Cu. In: BORBA et al (orgs.). **Queering Paradigms IV: South-north Dialogues on Queer Epistemologies, Embodiments and Activism**. Bern: Peter Lang AG, International Academics Publishers, 2014, p. 31-51.
- PETERSON, V. Spike. Transgressing boundaries: Theories of knowledge, gender and international relations. **Millennium**, v. 21, n. 2, p. 183-206, 1992. <https://doi.org/10.1177/03058298920210020401>
- _____, V. Spike. Family matters: How queering the intimate queers the international. **International Studies Review**, v. 16, n. 4, p. 604-608, 2014a. <https://doi.org/10.1111/misr.12185>
- _____, V. Spike. Sex Matters: A Queer History of Hierarchies. **International Feminist Journal of Politics**, v. 16, n. 3, p. 389-409, 2014b. <https://doi.org/10.1080/14616742.2014.913384>
- PRATT, Nicola. The Queen Boat case in Egypt: sexuality, national security and state sovereignty. **Review of International Studies**, v. 33, n. 1, p. 129-144, 2007. <https://doi.org/10.1017/S0260210507007346>
- PUAR, Jasbir K. **Terrorist assemblages: Homonationalism in queer times**. Duke University Press, 2007.
- PUNT, Jeremy. Intersections in queer theory and postcolonial theory, and hermeneutical spin-offs. **The Bible and Critical Theory**, v. 4, n. 2, 2011.
- QUIJANO, Aníbal e WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, v. 44, n. 4, p. 549–557, 1992.
- RACHEL, Dr Murray; VILJOEN, Frans. Towards Non-Discrimination on the Basis of Sexual Orientation: The Normative Basis and Procedural Possibilities before the African Commission on Human and Peoples' Rights and the African Union. **Human Rights Quarterly**, v. 29, n. 1, p. 86-111, 2007. <https://doi.org/10.1353/hrq.2007.0010>

- RAO, R. The Locations of Homophobia. **London Review of International Law**. 2(2), p. 169–199, 2014. <https://doi.org/10.1093/lrl/lru010>
- _____, Rahul. The Diplomat and the Domestic: Or, Homage to Faking It. **Millennium**, v. 45, n. 1, p. 105-112, 2016. <https://doi.org/10.1177/0305829816659979>
- RENWICK, Neil. Global society's response to hiv/aids: Botswana's experience. **Global society**, v. 21, n. 2, p. 133-153, 2007. <https://doi.org/10.1080/13600820701201590>
- REYNOLDS, Andrew. Representation and rights: The impact of LGBT legislators in comparative perspective. **American Political Science Review**, v. 107, n. 2, p. 259-274, 2013. <https://doi.org/10.1017/S0003055413000051>
- RICHARDSON, Diane. Desiring sameness? The rise of a neoliberal politics of normalisation. **Antipode**, v. 37, n. 3, p. 515-535, 2005. <https://doi.org/10.1111/j.0066-4812.2005.00509.x>
- RICHTER-MONTPETIT, Melanie. Everything You Always Wanted to Know about Sex (in IR) But were Afraid to Ask: The ‘Queer Turn’ in International Relations. **Millennium**, v. 46, n. 2, p. 220-240, 2018. <https://doi.org/10.1177/0305829817733131>
- ROBERTS, Matthew W. Emergence of gay identity and gay social movements in developing countries: the AIDS crisis as catalyst. **Alternatives**, v. 20, n. 2, p. 243-264, 1995. <https://doi.org/10.1177/030437549502000205>
- SABATELLO, Maya. Advancing transgender family rights through science: a proposal for an alternative framework. **Human Rights Quarterly**, v. 33, n. 1, p. 43-75, 2011. <https://doi.org/10.1353/hrq.2011.0012>
- SABSA Y, Leticia. The emergence of the other sexual citizen: orientalism and the modernisation of sexuality. **Citizenship studies**, v. 16, n. 5-6, p. 605-623, 2012. <https://doi.org/10.1080/13621025.2012.698484>
- SANDERS, Douglas. Getting lesbian and gay issues on the international human rights agenda. **Human Rights Quarterly**, v. 18, n. 1, p. 67-106, 1996. <https://doi.org/10.1353/hrq.1996.0010>
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n.1, Brasília, jan./abr. 2006, p. 109-130.
- SCOTT, Jessica. The distance between death and marriage: Citizenship, violence and same-sex marriage in South Africa. **International Feminist Journal of Politics**, v. 15, n. 4, p. 534-551, 2013. <https://doi.org/10.1080/14616742.2013.832891>
- SEDGWICK, Eve. **Epistemology of the Closet**. Berkley: The University of California Publishers, 1990.
- SELBIN, Eric. Queering Uncle Sam, the Caribbean, and the Academy: A Humanifesto for Us All. **Millennium**, v. 45, n. 1, p. 85-90, 2016. <https://doi.org/10.1177/0305829816659973>
- SJOBERG, Laura. Toward trans-gendering international relations?. **International Political Sociology**, v. 6, n. 4, p. 337-354, 2012. <https://doi.org/10.1111/ips.12005>
- _____, Laura. Queering the “territorial peace”? Queer theory conversing with mainstream international relations. **International Studies Review**, v. 16, n. 4, p. 608-612, 2014. <https://doi.org/10.1111/misr.12186>
- _____, Laura. Trans* America. **Millennium**, v. 45, n. 1, p. 91-97, 2016. <https://doi.org/10.1177/0305829816659974>

- SMITH, Karen E. Group politics in the debates on gender equality and sexual orientation discrimination at the United Nations. **The Hague Journal of Diplomacy**, v. 12, n. 2-3, p. 138-157, 2017. <https://doi.org/10.1163/1871191X-12341362>
- SMITH, Miriam. The politics of same-sex marriage in Canada and the United States. **PS: Political Science & Politics**, v. 38, n. 2, p. 225-228, 2005. <https://doi.org/10.1017/S1049096505056349>
- SMITH, Steve. The discipline of international relations: still na American social Science? **British Journal of Politics and International Relations**, 2000.
- SOMMER, Udi; ASAL, Victor. A cross-national analysis of the guarantees of rights. **International Political Science Review**, v. 35, n. 4, p. 463-481, 2014. <https://doi.org/10.1177/0192512112455209>
- STYCHIN, Carl F. Sexual citizenship in the European Union. **Citizenship Studies**, v. 5, n. 3, p. 285-301, 2001. <https://doi.org/10.1080/13621020120085252>
- SUSEN, Simon. Los movimientos sociales en las sociedades complejas. In: BASCONZUELO, C; MOREL, T; SUSEN, S (eds.) **Ciudadanía territorial y movimientos sociales: Historia y nuevas problemáticas en el escenario latinoamericano y mundial**. Río Cuarto, Argentina, 2010, p. 149-226.
- SWIEBEL, Joke. Lesbian, gay, bisexual and transgender human rights: the search for na international strategy. **Contemporary Politics**. Vol. 15, No. 1, p. 19–35, 2009. <https://doi.org/10.1080/13569770802674196>
- TARROW, Sidney. **Democracy and disorder: Protest and Politics in Italy 1965-1975**. Oxford: Clarendon, 1989.
- TERTO, Angela Pires; SOUZA, Pedro Henrique Nascimento. DE STONEWALL À ASSEMBLEIA GERAL DA ONU: RECONHECENDO OS DIREITOS LGBT. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 3, n. 6, p. 120-148, 2015.
- TICKNER, Arlene B.; CEPEDA, Carolina; BERNAL, José Luis. Enseñanza, Investigación y Política Internacional (TRIP) en América Latina/Teaching, Research and International Policy (TRIP). Latin America. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 2, n. 1, p. 05-47, 2013.
- TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1978.
- TOURAINE, Alain. Le voix et le regard. **Sociologie des mouvements sociaux**. Paris: Seuil, Folio Essais, 1978.
- TRANSGENDER EUROPE. Transgender Europe's Trans Murder Monitoring TDOR 2014. Trans Respect versus Transphobia. Out. 2014. Disponível em: <<http://www.tgeu.org/sites/default/files/TMM-TDOR14-map-all.pdf>>. Acesso em: 19 de nov. de 2017.
- TRAVIS, Mitchell. Accommodating Intersexuality in European Union Anti-Discrimination Law. **European Law Journal**, v. 21, n. 2, p. 180-199, 2015. <https://doi.org/10.1111/eulj.12111>
- VASILEV, George. LGBT recognition in EU accession states: How identification with Europe enhances the transformative power of discourse. **Review of International Studies**, v. 42, n. 4, p. 748-772, 2016. <https://doi.org/10.1017/S0260210515000522>
- WAITES, Matthew. Critique of ‘sexual orientation’and ‘gender identity’in human rights discourse: global queer politics beyond the Yogyakarta Principles. **Contemporary Politics**, v. 15, n. 1, p. 137-156, 2009. <https://doi.org/10.1080/13569770802709604>

- WARNER, Michael et al. (Ed.). **Fear of a queer planet: Queer politics and social theory.** U of Minnesota Press, 1993.
- WEBER, Cynthia. **Faking it: US Hegemony in a "post-phallic" Era.** U of Minnesota Press, 1999.
- _____, Cynthia. Why is there no queer international theory?. **European Journal of International Relations**, v. 21, n. 1, p. 27-51, 2014a.
- _____, Cynthia. From queer to queer IR. **International Studies Review**, v. 16, n. 4, p. 596-601, 2014b. <https://doi.org/10.1111/misr.12160>
- _____, Cynthia. 'What is told is always in the telling': Reflections on Faking It in 21st Century IR/Global Politics. **Millennium**, v. 45, n. 1, p. 119-130, 2016. <https://doi.org/10.1177/0305829816659981>
- WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, Vol. 46, No. 2, pp. 391-425, 1992. <https://doi.org/10.1017/S0020818300027764>
- WIGHT, Martin. Why is there no international theory? In: BUTTERFIELD, H; WIGHT, M. (eds). **Diplomatic Investigations**. London: Allen and Unwin, p. 17–34, 1966.
- WILCOX, Lauren. Queer theory and the “proper objects” of international relations. **International Studies Review**, v. 16, n. 4, p. 612-615, 2014. <https://doi.org/10.1111/misr.12187>
- _____, Lauren. Practising gender, queering theory. **Review of International Studies**, v. 43, n. 5, p. 789-808, 2017. <https://doi.org/10.1017/S0260210517000183>
- ZAHN, Ryan et al. Human rights violations among men who have sex with men in Southern Africa: comparisons between legal contexts. **PloS one**, v. 11, n. 1, p. 1-12, 2016.